



# Anais da Assembleia

Nº 71

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 106ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Egon Pudell, Francisco Scorsin, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (51); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Adalberto Daros, Alfredo Gulín e Valter Pietrângelo. (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 80/75, veto aposto ao Projeto de Lei nº 97/74, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paracaty, a data de terra de sua propriedade, sob nº 3 (três), da Planta Geral da cidade do mesmo nome. Parecer da C.C.J.. CONTRÁRIO ao veto. Encerrada a discussão. - Em votação. - Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge

Sato, Jurandir Messias, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Egon Pudell, Francisco Scorsin, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (51); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Adalberto Daros, Alfredo Gulín e Valter Pietrângelo. (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob os nºs 96, 97 e 98/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO, os projetos de Lei nºs:

173/74: Do Senhor ex-Deputado IGO IWANT LOSSO, que declara de Utilidade Pública a Creche e Escola Maternal o Bom Pastor, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6675. - Agradeça-se.

159/74: Do Senhor Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Comunidade Estigmatina de Curitiba, integrante da Associação dos Estigmatinos para Educação e Instrução Popular, o qual convertido em Lei tomou o número 6.676. - Agradeça-se.

191/74: Oriundo da Mensagem nº 76/74, encaminhando Anteprojeto de Lei que objetiva majorar as Tabelas das funções Gratificadas dos Funcionários do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como aumentar os valores do Salário Família dos dependentes do Funcionalismo e das pensões especiais pagas pelo Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 6.674. - Agradeça-se.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Realiza-se em Curitiba a I FEIRA DA MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA, inaugurada no último dia 20 e com amplas repercussões na área agro-industrial de nosso Estado.

Tratando-se de iniciativa que, nos moldes propostos, tende a conferir ao empresariado de nossa terra e aos nossos agricultores mútuas possibilidades, de cujo intercâmbio acredita-se venham usufruir todos os que labutam nesses setores e, em última análise, estará a ganhar o Paraná.

Requer, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, voto de congratulações com a Diretriz Empreendimentos S.A., promotora da I Feira da Mecanização Agrícola, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) ENÉAS FARIA.

#### REQUERIMENTO

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribui-

ções regimentais, requerem, após ouvido o plenário, como Líderes da Bancada da ARENA e MDB, respectivamente, sejam indicados para compor a Comissão Especial, a fim de elaborar um Simpósio sobre o Estatuto do Magistério, os seguintes Senhores Deputados:

ARENA: M.D.B.  
Luiz Roberto Soares, Antonio Facci  
Luiz Alberto de Oliveira, Oswaldo Macedo.  
Ezequias Losso.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

aa) IVO THOMAZONI  
MUGGIATI FILHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Diretor Presidente da Cia. Paranaense de Energia Elétrica "COPEL", agradecendo a implantação da rede de energia elétrica que veio prestar relevantes serviços nas localidades de Braganey, Ouro Verde do Piquiri, Iguatu, Anahy, Longuinópolis, Bragantina e Penha, do município de Corbélia, e, apelando no sentido de ser colocada uma viatura para inspecionar a rede de energia elétrica do município.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Esta Casa conhece as questões relativas à Vila Nossa Senhora da Luz, em Curitiba, desde sua origem até os dias de hoje.

Aquele núcleo habitacional, talvez o maior no país, é integrado por cerca de 3.000 residências, portanto, obrigando um idêntico número de famílias, o que leva a crer que, em pequena área, vivem lá, aproximadamente 15 mil pessoas, a grande maioria constituída por jovens e crianças.

Desde a função até hoje a Vila N.S. da Luz tem passado, pelo esforço dos seus moradores, por um processo de aperfeiçoamento urbano e comunitário.

É verdade, entretanto, que determinamos erros são insanáveis: a reduzida metragem das residências; a quase inexistência de área para jardim ou quintal; a desconfortável proximidade das casas; o material de pouca qualidade com que foram construídas e que já faz sentir seus efeitos.

Outros problemas foram aduzidos: as vias internas de péssima qualidade; o escoamento pluvial sem condições de cumprir sua finalidade; a rede de esgoto praticamente inexistente em sua função; o sistemático problema com abastecimento de água, etc.

Todavia, num esforço permanente, arrastando sacrifícios superando problemas, a população da Vila N.S. da Luz, conseguiu transformar o que a imprevidência dos seus idealizadores levava a uma odiosa promiscuidade.

Volta agora a atingir aquela população, o drama de falta de água. Nas residências, nos estabelecimentos comerciais, nas escolas, no hospital, nos locais onde atuam setores da Administração, enfim, em toda a Vila. Os problemas decorrentes são visíveis, as consequências podem se prever.

As informações são de que a Sanepar, responsável pelo abastecimento de água e a Prefeitura de Curitiba a quem cabe responsabilidade maior, entenderam de cortar o abastecimento para favorecer empresas que situam na "Cidade Industrial".

Diante do exposto e das informações, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições;

requer, ouvido o plenário, sejam encaminhados expedien-

I) à SANEPAR, recomendando o imediato e urgente reinício de abastecimento de água à Vila N.S. da Luz, em Curitiba;

II) à Prefeitura Municipal de Curitiba alertando sobre o fato e manifestando a estranheza pelo procedimento;

III) à Câmara Municipal de Curitiba informando-a, por inteiro teor deste requerimento, sobre as providências solicitadas.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) ENÉAS FARIA.

#### PROJETO DE LEI:

##### PROJETO DE LEI Nº 88/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a CASA DA CRIANÇA FELIZ, da cidade e município de Santo Antônio da Platina, neste Estado.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

A CASA DA CRIANÇA RECANTO FELIZ, com personalidade jurídica, devidamente registrada nos órgãos competentes, é um organismo de prestação de serviços sociais relevantes, motivo que, dispensa qualquer justificativa a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 15 de setembro de 1974, na cidade de Ponta Grossa, foi assinado pelo Governador do Estado, pelo Sr. Prefeito Municipal, alguns convênios que se referiram à construção das vias expressas da Princesa dos Campos, uma pista dupla na Avenida Souza Naves, nos kms. dois e quatro, aonde o número de cada dia que passa, incide mais nos acidentes mortais que ali estão acontecendo.

O município teria uma parcela deste convênio, parcela esta que seria da ordem de 680 milhões de cruzeiros velhos. E agora, nesta semana, em contato com a Prefeitura de Ponta Grossa, na pessoa do Sr. Prefeito e do Sr. Secretário da Fazenda, Dr. João Reis Marçal, tivemos a satisfação de saber que a Prefeitura já pagou, ao Estado do Paraná, a sua participação naquele convênio, faltando tão somente serem implantados aquelas vias expressas em Ponta Grossa, com a participação exclusiva do Governo do Estado e do Governo da União. Achamos nós e o Paraná, de que a nossa Prefeitura, já com sua parte paga e, principalmente com a obra requerida, carente não a região, carente todo o Estado, que ali converge de um afluente, norte-sul, sudoeste, oeste do Paraná, e conseqüentemente, todos os corredores de exportação deste Estado, justo se torna, Srs. Deputados, de que o Governo do Estado se conscientize de que aquela obra, tão necessária ao Paraná, seja imediatamente realizada.

Entendemos, que esta divulgação de que Ponta Grossa paga antecipadamente os seus convênios antes de serem realizados, dá ao Paraná, ao Brasil, uma mostra de uma administração que realmente se volta aos interesses da comunidade. Queríamos pedir, nesta ocasião, aos ilustres deputados da ARENA, que com sua observância para este problema, de que o Poder Público da Princesa dos Campos, já pagou sua parcela, levassem eles os reforços deste nosso pronunciamento ao Sr. Governador, para que S. Exa. se conscientize da imediata necessidade dessa obra, porque é um dos pontos mais humanos para com este corredor

da morte, que é o corredor de exportação, que é a rodovia que converge todo o Paraná e Ponta Grossa.

Queremos ao encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedir tão somente que o Governo participe do convênio assinado de que as nossas autoridades federais participem com sua parcela para os convênios a serem realizados, e que tenha o Paraná, principalmente a nossa região, esta obra, para que a incidência de acidentes seja reduzida, para o bem estar de todos nós.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, segundo orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à tribuna deveria ser tratado no Grande Expediente, mas, como não encontramos condições de fazer uso da palavra, por excesso de oradores já inscritos, aproveitaremos o Pequeno Expediente, para fazer, da maneira mais sucinta, um pequeno relatório das atividades da Comissão de Implantação do Polo Petroquímico.

Em primeiro lugar, devemos dizer que a Comissão de mantém em reunião permanente, com todos seus membros, deputados Jorge Sato, Lineu Turra, Maurício Fruet, Aragão de Mattos Leão e demais componentes da Comissão.

Assim sendo, vamos tentar dizer rapidamente o histórico e a situação atual das reivindicações do polo petroquímico para o Paraná.

(Lendo): "A implantação da REPAR — Refinaria do Paraná pela PETROBRÁS, em Araucária, abriu perspectivas para implantação de indústrias petroquímicas no Estado. Com isto, o Governo do Estado adotou, em 73, medidas visando a verificação das possibilidades de o Paraná sediar tal tipo de indústria. Tais medidas culminaram na elaboração de uma proposta objetiva do Governo ao Ministério de Indústria e Comércio, para a implantação de um polo petroquímico neste Estado.

A cronologia da evolução do projeto obedeceu essencialmente o seguinte esquema:

#### I — Setembro de 1973:

Por sugestão da Representação do Governo do Estado do Paraná no Rio de Janeiro, o BADEP, em convênio com o IPARDES — Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, contratou os serviços técnicos especializados para coordenar os estudos de viabilidade técnico-econômica, com vistas à implantação do referido complexo petroquímico.

#### II — Quarto trimestre de 1973:

Estabelecidos os roteiros básicos, contratou-se Consultoria Técnica para assessorar a elaboração dos trabalhos, estabelecendo-se as premissas básicas que orientariam sua execução:

- análise técnica e econômica da situação nacional, tanto no que concerne a matérias-primas, como a mercado;
- análise da colocação do Paraná, no que diz respeito à realidade brasileira.

Pretendia-se, na época, propor ao Governo Federal a implantação de indústrias petroquímicas no Estado, desde que os estudos mostrassem sua viabilidade e a certeza de ser esta a melhor opção ao Governo Federal para a expansão da indústria petroquímica brasileira.

III — Elaborado convênio entre o BADEP e o IPARDES para execução do estudo, foi efetivada a contratação de um coordenador técnico para o Projeto Petroquímico, além de consultores especializados.

#### IV — MAIO DE 1975.

Concluiu-se o trabalho "Estudos sobre a Implantação de um Polo Petroquímico no Paraná, que abrangeu os seguintes tópicos fundamentais:

- a) Evolução da Petroquímica no Brasil;
- b) Mercado Brasileiro de Produtos Petroquímicos.

Fundamentados em trabalhos do Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, originaram o balanço oferta/demanda de produtos petroquímicos básicos, intermediários e finais, tendo como horizonte o ano de 1980.

- c) disponibilidade de matérias-primas petroquímicas.

d) Economia das Indústrias Petroquímicas e as Matérias-Primas alternativas.

- e) Política Nacional de Petroquímica.

Abrangeu uma política para implantação do terceiro polo petroquímico nacional e sua localização no Paraná.

- f) Configuração do Polo.

Foram determinadas as unidades que deveriam compor o polo, com suas respectivas dimensões.

#### V — JUNHO DE 1974.

Os trabalhos do BADEP/IPARDES, foram apresentados pelo Presidente do BADEP ao Governador Emílio Gomes e ao Vice-Governador Jayme Canet Junior. Como resultado da reunião, o "Estudo sobre a implantação de um Polo Petroquímico no Paraná" foi encaminhado pelo Governador do Estado a Presidência da República e a todos os Ministérios vinculados ao problema, além das Presidências da PETROBRÁS/PETROQUISA.

Na mesma oportunidade, foi definido um programa para apresentação pública do assunto.

#### VI — JULHO DE 1974

O trabalho do Governo do Paraná, até então mantido em sigilo, após o encaminhamento à Presidência da República, passou — a partir do dia 21 de julho — a ser divulgado nos principais órgãos da imprensa do Paraná e do Brasil. As matérias jornalísticas noticiaram o encaminhamento do estudo sobre a conveniência da implantação de um polo petroquímico no Paraná, em consonância, também, com a tese da descentralização da economia brasileira, preconizada pelo II PND.

#### VII — AGOSTO DE 1974

O Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, através do ofício 334, formalizou determinação do BADEP, para, em nome do Governo Federal, coordenar o encaminhamento do trabalho relativo à implantação do Polo Petroquímico no Paraná.

#### VIII — OUTUBRO DE 1974

No dia primeiro de outubro, foi feita a exposição sobre o projeto em opção, pelo Presidente do BADEP, aos representantes das empresas petroquímicas, já com unidades implantadas no Brasil e as que aqui tencionam se instalar, entre as quais: PETROBRÁS, GRUPO ULTRA, SHELL, ICI, BASF, EMCA, SUMITOMO, TORAY, MITUI, DOW CHEMICAL e outras.

#### IX — DEZEMBRO DE 1974

Face a determinação do Governo Federal, através do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CED, para a constituição do Grupo de Trabalho coordenado pelo Ministério da Indústria e Comércio, a fim de apresentar relatórios referentes à expansão da produção petroquímica brasileira, foi elaborado o trabalho "Polo Petroquímico no Paraná — Considerações sobre a Regionalização de Demanda".

Dessa maneira, procurou-se subsidiar as autoridades federais quanto aos aspectos adicionais considerados pelo Governo do Paraná em seu trabalho, ainda não divulgado.

#### X — FEVEREIRO DE 1975

O trabalho "Polo Petroquímico no Paraná — Considerações sobre a Regionalização de Demanda", foi encaminhado à

Presidência da República e às demais autoridades, pelo Sr. Governador do Estado

# XI MAIO DE 1975

Foi realizada reunião entre o Governador Jayme Canet Junior, Secretário das Finanças, da Indústria e Comércio e Presidente do BADEP para definir a posição do Paraná, face a recente evolução do problema. Na ocasião, o Governador decidiu pela adoção de política mais atuante determinando ao BADEP a apresentação do assunto ao Ministério de Indústria e Comércio na forma de projeto a ser liderado pelo Governo do Estado.

E a esta Srs. Deputados, que o projeto conseguiu sobrepujar outros estudos que estavam sendo feitos e que está pleiteando o polo petroquímico em junho de 75, encaminhado à Presidência da República pelo Governo do Estado.

SR PRESIDENTE A Mesa comunica que esta esgotado seu tempo e concede mais um minuto para terminar sua oração.

SR QUIELSE CRISOSTOMO Obrigado, Sr. Presidente. Lendo: "Em junho de 1975, encaminhado à Presidência da República pelo Governador do Estado, novo ofício, desta feita manifestando o propósito objetivo do Paraná para implantação de Central de Olefinas e Aromáticos e demais providências.

Durante todo o período foram desenvolvidas intensas gestões especialmente nos escalões técnicos. Além dos contatos pessoais podem ser citados os artigos inseridos na "Revista Paranaense de Desenvolvimento" em suas edições de 42, 43, 44 e 45 e respectivas separatas, cujo teor suscitou citação por parte de órgãos técnicos especializados e de divulgação.

Sr. Presidente Srs. Deputados. Queria apenas uma tentativa de sensibilizar aos representantes políticos do Paraná, porque trabalho técnico do Paraná, com relação ao problema do polo petroquímico para nosso Estado e o melhor trabalho que tem em mãos a Presidência da República, o melhor trabalho apresentado pelos estados brasileiros.

Haveremos de perder, se a representação política do Paraná não houver por bem sensibilizar, porque temos apenas alguns dias para ser concluída a matéria, junto ao Presidente da República. Haveremos de sensibilizarmos o Presidente e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, se sensibilizarmos politicamente e provarmos aquilo que já está tecnicamente provado, que é o melhor trabalho e a reivindicação mais justa é do Paraná haveremos de ter para o Paraná o polo petroquímico.

(Sem revisão do orador)

SR PRESIDENTE Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

SR IVO THOMAZONI Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pretendia dar, no Grande Expediente, algumas informações, porém a presença de 13 Srs. Deputados inscritos para o Grande Expediente nos dão a perspectiva de que até o recesso parlamentar que se iniciará na próxima segunda-feira, não terei oportunidade de fazê-lo. Razão pela qual, quero, neste instante, parabenizar-me com o Sr. Governador do Estado, e em particular, com Sr. Paulo Carneiro Ribeiro, Secretário dos Negócios de Agricultura e com a Diretoria da Café do Paraná, pelas providências saneadoras adotadas, depois das irregularidades apontadas e denunciadas nesta Casa pelo eminente Deputado líder do MDB, Sr. Muggiati Filho, e que se referem aos abusos cometidos pelos representantes da Café do Paraná, nas cidades do Norte do Estado, por venderem sementes de propriedade da Café do Paraná, acima do preço estipulado por aquela empresa.

Assim, Sr. Presidente, numa correspondência do Diretor da Café do Paraná, dirigida ao Sr. Secretário de Agricultura, diz S. Exa. (Lê)

"Encontrando-nos na fase final de execução das medidas concernentes às irregularidades praticadas por alguns represen-

tantes, titulares de Sub-Postos da Empresa, e relacionados a comercialização de sementes de trigo, servimo-nos desta para complementar os elementos e informações já fornecidos.

Em assim sendo, anexamos, em forma de fotocópias, os expedientes que auto se explicam, e a saber:

1 a - Carta desta Empresa, de 23 de maio de 1975, a firma "Adubos, Inseticidas, Máquinas Agrobon Ltda." destituindo-a das funções de nossa representante, em Rolândia.

1 b - Carta de 10 de junho de 1975, da mesma "Agrobon Ltda.", endereçada a esta Companhia, relatando e reconhecendo as irregularidades praticadas, e transferindo-nos a importância de Cr\$ 14.899,00, representada por 17 cheques emitidos nominalmente a favor dos agricultores prejudicados pelo procedimento das mesmas. Deste recebimento foi passado recibo por advogado desta empresa, nos termos constantes da fotocópia também anexa. Estes cheques estão sendo transferidos, pela nossa Diretoria Comercial e Financeira, ao Posto de Câmbio, com instruções para que sejam entregues aos respectivos favorecidos (proprietários).

2. Carta de 23 de maio de 1975, desta empresa, endereçada ao Sr. José Farinha Martins, destituindo-o da qualidade de titular de nosso Sub-Posto de Primeiro de Maio.

3. Carta desta Empresa, de 23 de maio de 1975, dirigida a J. B. Barroso & Cia. Ltda., titular do Sub-posto de Ibiporã, aplicando-lhe advertência motivada por cobrança irregular de despesa de frete.

Restritos ao exposto, subscrevemo-nos gratos e atentamente.

Esta assinada pelo Sr. Ivo Almeida, Diretor Presidente da Café do Paraná.

A Carta dirigida a ADUBOS, INSETICIDA E MÁQUINAS AGROBON LTDA., em 23 de maio, tem o seguinte teor:

"Lendo: "Embora tenha sido essa firma nomeada nossa representante comercial nessa cidade para a venda de sementes por nós manipuladas, mediante a comissão de 2 por cento sobre as sementes de algodão e de 5 por cento sobre as demais sementes, sob a condição de as vender pelos preços que estipulásemos (o que foi reconhecido por V. Ss. na missiva que nos dirigiram, datada de 26 de abril próximo passado), vimos de constatar que V. Ss. venderam sementes de trigo da nossa manipulação sacas de 50 quilos, a preços que variaram de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 170,00, quando havíamos estipulado o preço de Cr\$ 135,00 por saca.

E o que é mais grave, o fizeram através do artifício da expedição de 2 (duas) notas fiscais para cada uma das operações: uma de talonários nossos (que lhes foram fornecidos para as vendas de nossas sementes) e outra de talonário de V. Ss. (por exemplo, nossa nota nº 6475, correspondente ao pedido 1193 e nota fiscal 921 de V. Ss. além de várias outras vendas mediante o mesmo artifício, conforme farta documentação em nosso poder).

Com tal procedimento V. Ss.

a) ludibriaram os agricultores adquirentes de sementes, cobrando-lhes um preço a maior do que o que nós estipulamos.

b) decorrentemente, não tendo prestado contas do preço a maior a esta empresa, se locupletaram ilícitamente com tal diferença.

c) cometeram irregularidades contábeis e fiscais, de vez que, sendo a mercadoria de nossa propriedade e V. Ss. meros mediadores, não podiam emitir notas fiscais dessa firma.

d) - deturparam a finalidade precípua desta Empresa, que é, justamente, a de atender as necessidades dos agricultores, no particular, em sementes para plantio, a preços moderados, quase sem margem de lucro, apenas o necessário e suficientes para cobertura dos custos e manutenção. Em consequência, deram aos consumidores ludibriados, a falsa impressão de que ou esta Empresa se valia da ocorrência da falta de sementes de trigo no mercado para cobrar preços mais altos, ou de que consentia que

intermediários auferissem lucros com seus produtos, através de especulações e sobre-preços.

Isso, evidentemente, se reveste de muito mais gravidade pelo fato de ser esta entidade uma Empresa de economia mista, tendo o Estado do Paraná como seu maior acionista, devendo ser suas atividades no sentido de interesse público e não de particulares.

Em face do exposto, é a presente para notificá-los de que, nos termos dos artigos 35, letra "b" e 29 da Lei 4.886, de 9 de dezembro de 1965, fica essa Firma destituída das funções de nossa representante comercial, ficando, consequentemente, proibida de transar em nosso nome, bem assim de utilizar-se de qualquer mercadoria ou material nosso, para qualquer fim, desta data em diante, e devendo nos restituir mercadoria, talões de nota fiscal ou qualquer outro material de nossa propriedade e eventualmente em poder de V. Ss. de imediato, diante do competente recibo.

Atenciosamente".

Está assinada pelo Sr. Ivo Almeida, Diretor Presidente da Café do Paraná.

A segunda carta é da mesma empresa "Agrobon Ltda." do seguinte teor: (Lê):

"Rolândia, 10 de junho de 1975.

A  
Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná  
"CAFÉ DO PARANÁ"  
Rua André de Barros, 671  
CURITIBA - PR

Prezados Senhores:

Servimo-nos da presente para confirmar os termos de nossa missiva que lhes dirigimos em 26 de abril próximo passado, no sentido de que fomos nomeado representante dessa Empresa nesta Praça, pela Direção do Posto de Cambé, para venda de sementes de sua manipulação mediante a remuneração em forma de comissão de 2 por cento sobre as vendas de sementes de algodão e de 5 por cento sobre as vendas de demais sementes, tendo nos comprometido a observar os preços estipulados por Vv. Ss., anualmente.

Inobstante isso, e apesar de Vv. Ss. haverem estipulado o preço de Cr\$ 135,00 (cento e trinta e cinco cruzeiros) para a saca de 50 quilos de sementes de trigo, efetuamos a venda de suas sementes a preços de Cr\$ 150,00, Cr\$ 170,00 e outros a maior, mediante a expedição de duas notas fiscais para cada operação, uma em talonário dessa Companhia para efeitos de lhes prestar contas e outra em talonário nosso, pelo preço real da operação, procedemos desse modo, em virtude de ter computado frentes e carretos e carga e descarga na propriedade agrícola.

Assim sendo e reconhecendo que agimos irregularmente ao assim proceder, estamos dispostos a ressarcir aos compradores as diferenças que obtiveram a maior.

Para tanto, fazemos a entrega neste ato, dos respectivos cheques de nossa emissão, e nominais a cada um dos mencionados compradores, para que Vv. Ss. procedam a entrega dos mesmos, a saber:

NOME DO COMPRADOR	Nº CHEQUE	VALOR
Max Weiser	617010 - B.B.	600,00
Olivio Campaner	011 - B.B.	500,00
José Polvani Sobrinho	012 - B.B.	1.200,00
Severino Rodela	013 - B.B.	480,00
Arlindo Martine	014 - B.B.	375,00
Mário Martini	015 - B.B.	250,00
Szyszek Szafermann	016 - B.B.	1.200,00
Bruno Poletto	017 - B.B.	2.000,00
Bruno Poletto	018 - B.B.	1.000,00
Joaquim Friguette	019 - B.B.	500,00
Oswaldo Lamb	020 - B.B.	180,00
Bruno Poletto	021 - B.B.	1.000,00

Eugênio Naresi	022 - B.B.	364,00
João José Bernardo Weiser	023 - B.B.	375,00
José Marques da Silva	024 - B.B.	1.575,00
Antônio Del Carmes Garcia	025 - B.B.	2.250,00
Bruno Poletto - Dif. Cheque 021	026 - B.B.	250,00

Declaramos, ainda, que essas foram as únicas transações irregulares que realizamos com semente dessa Companhia, em decorrência da errônea interpretação que demos ao contrato de representação.

Por último, autorizamos V.V. Ss. a divulgarem a presente, fazendo dela o uso que melhor lhes aprouver.

Atenciosamente

a) Adubos - Inseticidas e Máquinas Agrobon Ltda.  
DARCI POZZOBON - Sócio Gerente".

A seguir encontra-se o recibo seguinte:

"R E C I B O Cr\$ 14.899,00

Recebi da firma Adubos, Inseticidas e Máquinas Agrobon Ltda., a importância de Cr\$ 14.899,00 (quatorze mil, oitocentos e noventa e nove cruzeiros), conforme cheque nº 617010 a 617026 todos contra o Banco do Brasil S/A, Agência de Rolândia com data de 10/06/75, proveniente da devolução cobrado a maior cuja relação faz parte da nossa missiva de 10/06/75.

Rolândia, 11 de junho de 1975.

a) Athos Pereira Jorge - Advogado.  
Procurador da CAFÉ do Paraná".

A terceira Carta é a seguinte:

"Nº 1.034/75 Curitiba, 23 de maio de 1975.

Ilmo. Sr.  
JOSÉ FARINHA MARTINS  
PRIMEIRO DE MAIO - PR

Prezado Senhor:

Quando Vossa Senhoria foi designado nosso representante nessa cidade, para vendas de sementes, percebendo comissão de 2 por cento para sementes de algodão e 5 por cento sobre as demais sementes, assumiu o compromisso de vendê-las aos preços estabelecidos por esta Empresa.

Entretanto, conforme constatamos através de sindicância realizada, Vossa Senhoria deixou de cumprir aquelas obrigações.

Assim sendo, lamentamos informá-lo de que a partir desta data, somos obrigados a tornar sem efeito referida representação, o que implica na devolução imediata de todo o material de vendas, como estoque existente em seu poder e de nossa propriedade.

Atenciosamente

a) IVO ALMEIDA  
Diretor Presidente".

E a quarta carta é do teor seguinte:

"Nº 1.035/75 Curitiba, 23 de maio de 1975.

Ilmo. Srs.  
J.B. Barroso & Cia. Ltda.  
IBIPORÃ - PR

Prezados Senhores:

Quando da nomeação dessa firma para nossa representante nessa praça, como encarregada do Sub-Posto, ficou estabelecida a condição de serem vendidas as mercadorias produzidas por esta Empresa aos preços tabelados pela mesma, cabendo a Vv. Ss. comissões de 2 por cento sobre a venda de sementes de algodão e 5 por cento sobre as demais sementes, condições essas aceitas e ratificadas em carta de 07 de maio de 1975, em nosso poder.

Ocorre que, ao inspecionarmos a zona sob jurisdição desse Sub-Posto, constatamos terem V. Ss. cobrado despesas de frete,

quando o comprador retirou as sementes de seu depósito.

Face a constatação dessa irregularidade, munimo-nos de declarações firmadas pelos lavradores lesados, que mantemos em nosso poder.

Isto posto, é a presente de advertência e recomendação a V. Sas. no sentido de que se limitem às vantagens que lhes dá a Companhia para revenda de seus produtos, sob pena de termos que tomar medidas mais severas.

Sem motivo diverso, firmamo-nos

Atenciosamente

- a) José da Silva Noiva – Inspetor  
a) Alcyon Pires Gomes – Inspetor”.

Essas medidas saneadoras, Sr. Presidente, Srs. Deputados significaram o reconhecimento de arbitrariedades cometidas não pela empresa, mas por seus representantes em diferentes municípios, tanto é que capeia os documentos, cartas das referidas empresas, reconhecendo os erros cometidos e anexando relação nominal de colonos prejudicados com o número de cheques do Banco do Brasil e suas importâncias, restituindo a esses colonos, adquirentes de sementes de trigo dos Postos e Sub-Postos da Café do Paraná, importâncias que chegam a alcançar 15 mil cruzeiros.

Fica aqui, portanto, a afirmação de que o Governo do Sr. Jayme Canet Junior não compactua com irregularidades e ao tomar conhecimento das denúncias, quando formuladas com base, poder identificar aqueles que agem mal com a coisa pública, as conclusões serão sempre estas, a punição dos culpados com a restituição dos valores àqueles que foram de má fé prejudicados por qualquer órgão da administração pública ou por qualquer elemento que, em nome dessa administração, tenha cometido a irregularidade. Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, quarto orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esta Casa aprovou ontem um voto de congratulações ao Sr. Deputado Federal Ulisses Guimarães, líder do MDB nacional, sobre trabalho realizado sob o título “Reforma e Democracia”.

Trazemos, nesta tarde, um requerimento de nossa autoria para dar um voto, também, de congratulações a outro elemento membro do Senado Federal, Senador Teotônio Vilela que, igualmente, com muita segurança e coragem, tem se batido, no âmbito federal, em prol da distensão tão propagada pelo Presidente da República.

Ainda o mesmo Senador, no último número da revista “Veja”, faz uma entrevista importantíssima a respeito do momento político nacional, onde analisa, inclusive os atos de exceção desta Revolução, denominando o Ato Constitucional nº 5, como “Lei de Menor Esforço”.

Vou ler e depois peço a aprovação para o requerimento vasado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja consignado em ata, voto de congratulações ao Senador TEOTÔNIO VILELA, da Arena, pelo seu pronunciamento do dia 25 de abril último, onde defendeu a institucionalização do modelo político, brasileiro; bem como pela entrevista concedida à revista “VEJA”, de 18 de junho, quando com raro brilhantismo, abordou a situação política nacional.

Requer, outrossim, seja oficiado à Direção da importante revista “Veja”, pela contribuição que vem dando na formação, da opinião pública nacional.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1975”.

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao primeiro orador

inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Del Ciel,

O SR. DEL CIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vem-me à mente a imagem de um líder estudantil autêntico, de uma jovem que luta, batalha, atua, tentando por todas as formas e meios, a defesa do direito de liberdade da juventude estudiosa do Paraná.

Vem-me à mente o líder estudantil respeitado por todos, admirado por todos e por todo o Estado e, também, sou levado a pensar que tão pouco tempo não pode provocar transformação tamanha em um ser humano consciente que tinha ocupado a posição de liderança estudantil no Estado do Paraná.

O assunto que me traz à tribuna se vincula diretamente à Universidade Estadual de minha cidade, Londrina, relacionando-se com o ex-líder estudantil, Oscar Alves, hoje Magnífico Reitor daquela Universidade, o jovem que descrevi inicialmente, que comandava as passeatas, que trabalhava e que lutava em defesa dos estudantes aqui no Estado do Paraná.

Oscar Alves tinha sobre os ombros a responsabilidade de conduzir centenas ou milhares de estudantes universitários e secundários do Estado do Paraná; era um jovem independente, era um líder independente e consciente, até que, com o passar dos anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez por ironia do destino passasse a ter uma relação, um vínculo de parentesco com o atual Ministro da Educação e Cultura, Ministro Ney Braga. Então, deparamos com as confrontações seguintes: – o homem que ontem lutava pela liberdade dos estudantes universitários do Estado do Paraná, hoje deseja, pleiteia e se prepara para implantar na Universidade Estadual de Londrina, o Decreto-Lei, o chamado também Projeto de Resolução 169. 169, filho que supera em algumas partes e em alguns setores o já famoso pai, Decreto 477. E então somos levados a estabelecer a comparação do ex-Líder Estadual com o atual Reitor da Universidade Estadual de Londrina.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Com muita atenção ouço as palavras de V. Exa. mais do que com atenção, ouço assustado o pronunciamento que V. Exa. faz. Homem de Londrina, ali vivendo, V. Exa. conhece melhor do que ninguém os problemas daquela cidade e daquela região, mormente no que respeita à juventude que sei, V. Exa. cuida com zelo. Quero dizer que se ouço assustado é porque também posso dar testemunho do que falou V. Exa., embora não conheça hoje o Magnífico Reitor, conheci e ainda tenho retido na memória as grandes causas levantadas e agitadas pelo estudante, pelo líder estudantil que Oscar Alves empolgava Curitiba, fascinava esta Curitiba, os nossos estudantes, e os nossos universitários o seguiam porque viam na sua pessoa, porque entendiam na sua palavra a condução correta e porque ele realmente encarnava a defesa das grandes causas do direito e da liberdade. Um moço que, durante todo o seu tempo de estudante passou a reivindicar, fazendo-o de maneira corajosa; fazendo-o de maneira ousada até; o que diz V. Exa. é verdade, as passeatas de ontem tinham à sua frente, os comícios estudantis de ontem tinham a liderá-los, Oscar Alves. Não conheço o Magnífico Reitor da Universidade de Londrina. Espero que agora, quando V. Exa. como Deputado traz ao conhecimento da Casa a denúncia e nos assusta com ela, possamos conhecer um novo estilo de vida e talvez o que ocorreu neste passar de tempo com o líder estudantil, hoje transformado no mestre e que tem a obrigação e que tem o dever de gerir aquela Universidade. Vou ouvi-lo com mais atenção, nobre Deputado.

O SR. DEL CIEL – Agradeço o aparte de V. Exa. que, como todos os paranaenses tiveram a oportunidade, como teve V. Exa. a oportunidade, de conhecer o ex-líder estudantil, hoje Magnífico Reitor Oscar Alves, da Universidade de Londrina, mas o Projeto 169, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é mais do que uma sombra em cima do medo que impede os estudantes

de se manifestarem abertamente. Projeto 169 limita o pensamento, a expressão e a liberdade dos universitários, com que não podemos compactuar e, em determinadas partes, torna-se até mesmo cômico um Projeto como o 169, porque ele inclusive estabelecia a obrigatoriedade de se dirigir veículo no âmbito da universidade, nas suas imediações, de forma não perigosa ou com velocidade excessiva ou com ruído exageradamente atordoador e, assim por diante, estabelecia normas para o traje com que se deverá apresentar o estudante universitário, até mesmo levando o ex-Reitor da Universidade de Londrina a manifestar que não poderia entender visto que a batina fica bem para o padre, vai bem para o padre, a frente-única poderá ser vista como um traje usado por uns e por outros não. Não vendo aí condições a se estabelecer; condições para o atendimento ao pretendido decreto do Projeto de Resolução 169.

O nosso companheiro de partido político, deputado federal mais votado do Estado do Paraná, jovem líder político do Estado do Paraná, Alvaro Fernandes Dias, da tribuna maior da Casa do povo brasileiro, ergueu a sua voz, condenando o 169 da Universidade de Londrina. E hoje vemos estampado nos jornais da nossa cidade, a nota oficial do Sr. Magnífico Reitor. Condena o pronunciamento feito pelo deputado que há pouco tempo, sendo convidado por um dos diretórios acadêmicos da Universidade Estadual de Londrina, foi impedido por aquela Reitoria de lá apresentar a sua palestra; atender ao chamamento, ao convite, e à convocação da juventude estudiosa da nossa terra.

Este mesmo líder político que vem sendo convidado para se apresentar em palestra, como recentemente, na Capital do Estado do Mato Grosso, falando para os universitários daquela terra, impedido, de atender à convocação, ao convite, dos estudantes da sua terra, Londrina.

E hoje então, vemos estampado através de uma nota oficial da Universidade de Londrina, a afirmativa do Sr. Magnífico Reitor, que lembra o recente pronunciamento do Deputado Alvaro Dias na Câmara Federal, denunciando a criação na Universidade de Londrina, de "um código mais violento ainda que o Decreto 477" e classifica, desleal, incorreta da maneira como o parlamentar enfocou o problema.

Em seguida faz a afirmativa, de que "o processamento vai lento, e com a maior cautela, dando oportunidade para o mais largo debate e auscultação de todos os sentimentos e reações, seguindo a marcha própria da elaboração legislativa democrática, das leis que querem legitimar-se pelo consenso das que as devem aplicar e dos que os devem suportar".

A certa altura da nota da Universidade Estadual de Londrina, acentua que, a "regra básica da vida pública é a lealdade e o respeito à verdade", e quem não conhece esta lei não pode falar aos moços, ainda que moço seja nos anos".

Ao Sr. Reitor da Universidade de Londrina que traz a assertiva, lembrando a regra básica da vida pública, porque a regra básica, é a lealdade e o respeito à verdade.

Então ficamos em dúvida, se a verdade verdadeira, é a verdade do ex-líder estudantil, que lutava, que batalhava, pela liberdade e o respeito aos direitos dos estudantes paranaenses, ou se a verdade do Sr. Magnífico Reitor, hoje, genro do Ministro da Educação, Ney Braga, que quer implantar o 169, e limitará o pensamento, a expressão, a liberdade universitária, provocando um verdadeiro castramento da juventude estudiosa de nossa terra.

Se o Ministro, por um lado apela aos estudantes universitários para que participem da política, nos partidos políticos, o 169 da Universidade Estadual de Londrina acabará, se aprovado, impedindo - ilegalmente, é claro - o universitário londrinense de participar até mesmo de comícios públicos da ARENA ou do MDB.

O SR. ENÉAS FARIA - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Lamento estar a interromper V. Exa., mas estou profundamente contristado, profundamente magoado até, com a notícia que V. Exa. traz a esta Casa. Não posso entender que a figura fulgurante do moço Oscar Alves, cujas notícias que aqui chegam nos davam conta de estar também empolgando o Brasil no memorável Congresso da UNE, que o posicionou como moço independente, se veja agora transformada no diametralmente oposto, como diz V. Exa., num autêntico amordaçador da nossa juventude, da juventude londrinense.

O hoje Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina, quer me parecer formou na ala vanguardista do Partido Democrata Cristão no Brasil. Mais tarde trouxe sua palavra, trouxe seu trabalho à luta da oposição brasileira, quando já tremulava nesta Casa a bandeira do MDB.

Vejo-me contristado quando um homem de tal formação esteja hoje a adotar estas práticas. Talvez, eminente deputado, a ira contida na nota oficial da Universidade de Londrina, que V. Exa. acaba de ler seja por ser exatamente que quem primeiro levantou a defesa da juventude foi um outro moço que está a empolgar o Paraná, o eminente Deputado Alvaro Dias. Talvez aí esteja, em toda a sua propriedade, a ira do Reitor londrinense.

Gostaria que isto fosse parte de seu pronunciamento.

O SR. DEL CIEL - Agradeço o aparte de V. Exa. que traz, com seu brilhantismo, grande contribuição a nosso modesto pronunciamento nesta Casa.

O SR. MUGGIATI FILHO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Del Ciel, V. Exa. teve um grande senso de oportunidade ao vir nesta tarde para a tribuna. Realmente a Universidade de Londrina exerce uma influência muito grande, não só em relação ao seu município, como em todo o Norte do Paraná. Atitudes como esta que V. Exa. denuncia, do Reitor daquela Universidade, devem ser realmente de imediata contestação. Porisso V. Exa. faz muito bem contestando, mesmo porque parece que vivemos uma época de contradições.

Ainda recentemente, tivemos conhecimento de uma declaração de um representante do Congresso Nacional que defendia a censura à imprensa, sobre as mais falsas alegações.

Temos visto, também por outro lado, em artigos de fundo, em alguns órgãos de nossa imprensa, a defesa do atual sistema e a condenação do regime democrático.

Porisso, atitudes como a de V. Exa. que definem posições, servem, acima de tudo, para que a vida, na sociedade, através, principalmente como é o caso da nossa mocidade, não sejam repetidos de contradições.

Nós também nos pronunciamos anteriormente, solidários com a atitude do Deputado Alvaro Dias, mesmo porque parece ser esse um outro aspecto do Decreto 169: ele deve estar inquinado de inconstitucionalidade.

Receba, portanto, V. Exa., a solidariedade de nossa banca, muito bem expressada já nas palavras do vice-líder Enéas Faria, para que V. Exa., além da oportunidade com que o faz, contesta, de forma inequívoca, aqueles que tentam estabelecer a contradição nos rumos de nossa mocidade.

Muito obrigado.

O SR. DEL CIEL - Agradeço a V. Exa. Deputado Muggiati Filho, o aparte de apoio que nos traz, nesta oportunidade.

O SR. DÁCIO LEONEL - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, prezado companheiro de Londrina, Del Ciel, estamos acompanhando o raciocínio de V. Exa., e ao mesmo tempo, me permito observar que, na edição de hoje, da "Folha de Londrina", na publicação de nota oficial da Fundação da Universidade Estadual de Londrina.

O Sr. Oscar Alves, Reitor, esclarece:

"1 - O Projeto de Resolução 169/74, que dispõe sobre o regime disciplinar do corpo discente, vem sendo estudado e discutido pela direção e órgãos técnicos desta Universidade desde a administração anterior.

A atual administração deu prosseguimento aos estudos e consultas, com ampla participação de todos os interessados.

2 - Colocado o projeto em discussão, na reunião do Conselho Universitário de 6 de junho de 1974, foi retirado da ordem do dia, a pedido do Professor Sabatini Lalli, apoiado pelos Conselheiros Nilton Bussi e Paulo Rubens Mandarinini, "a fim de que seja revisto por uma comissão especial designada pelo reitor, para no prazo de 120 dias, apresentar suas conclusões.

3 - Em 11 de julho de 1974, foi baixada a Portaria nº 3099/74, nomeando a comissão especial, composta dos professores NILO FERRAZ DE CARVALHO, SABATINI LALLI, JOAQUIM CARVALHO DA SILVA, ADYR SEBASTIÃO FERREIRA e do representante dos estudantes no Conselho Universitário, MILTON DE CASTRO, para, sob a presidência do primeiro, rever o Projeto de Resolução nº 169/74.

Essa comissão apresentou seu trabalho em 3 de dezembro de 1974, informando o seu presidente que o representante dos estudantes recebeu cópia e prometeu fazer sugestões na reunião do Conselho.

Devolvido o processo à Reitoria, esta ainda não convocou o Conselho Universitário para debater a matéria.

4 - Do exposto se vê que o processamento vai lento e com a maior cautela, dando oportunidade para o mais largo debate e auscultação de todos os sentimentos e reações".

Fiz a leitura, Sr. Presidente, porque pela nota oficial divulgada pela Reitoria, o que se observa já anteriormente, é que essa matéria já vinha sendo estudada e continua sendo estudada, com estudo aprofundados. Apenas para fazer essas observações, que me pareceram oportunas e que espero sirvam de colaboração a V. Exa., é que ofereci este aparte.

O SR. DEL CIEL - Agradeço, mas tenho em mãos, inclusive, a nota oficial que V. Exa. antecipou, permitindo assim que utilizássemos nosso tempo, aproveitando o aparte de V. Exa., que realmente nos traz oportunidade para que possamos detalhar mais o 169.

Ele teria nascido, teria sido gerado na administração de Ascêncio Garcia, nosso Diretor da Universidade de Londrina e diante das manifestações na época, foi então o Decreto 169 arquivado. Acreditamos que tendo o Sr. Magnífico Reitor Oscar Alves, provocado o renascimento do 169, arquivado, assume total paternidade da matéria, que, inclusive, sobre as modificações que sofrido tem a sua equipe responsável pela administração da Universidade Estadual de Londrina.

Assim sendo, ilustre companheiro que gentilmente nos apartou, a responsabilidade, a paternidade, realmente é do ex-líder estudantil e hoje Magnífico Reitor daquela Universidade, Sr. Oscar Alves.

O SR. ACCIOLY NETO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, solicitei este aparte a V. Exa., porque achei oportuna a ocasião para dizer alguma coisa que há muitos anos tenho carregado comigo tal como um pesadelo. Quando deixei os bancos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1968, saí convivendo com dois sentimentos: um deles, a satisfação íntima de ter concluído o curso e possuir uma profissão, a de advogado; mas o outro, por incrível que isso possa parecer, era o que mais avultava em mim, na oportunidade, saí também com uma frustração muito grande.

É que entendia, como entendo, Sr. Deputado, que as Faculdades de Direito, especialmente, não têm apenas a missão de formar consciência jurídica. Mas, além a mim parece, que a essência da Faculdade de Direito, é sobretudo, a de formar consciência política. E a Faculdade de Direito de São Paulo sempre

deu esse exemplo e o Centro Acadêmico XI de Agosto, só surge-me agora como um paradigma dessa afirmativa. Mas, eu, Sr. Deputado, que ingressei na Faculdade de Direito em 1964, não tive a ventura de poder ali, na convivência diária, das reivindicações comuns, viver e estabelecer dentro de mim conceito político que fosse originado de um lado, do direito que estudava e, de outro, no liberalismo que é próprio das Faculdades de Direito. Por esta razão é que me permiti apartear V. Exa. para dizer-lhe que não conheço o texto dessa malfadada resolução, mas o simples fato dela pretender disciplinar o próprio comportamento extra-curricular do aluno dentro de uma Universidade, já me arrepiava. Vejo em tal resolução não a disposição, como se afirma, de buscar um consenso disciplinar. O que vejo e o que vislumbro em tal resolução é caracterizadamente filha espúria de uma mãe desavergonhada, que é o Decreto-Lei 477.

Como moço de uma geração que assomou à política quando a revolução irrompeu no País, nem por isso sou obrigado a concordar com certos desmandos, nem por isso sou obrigado a aceitar a ironia, nem por isso posso ficar nesta Casa saliente quando vejo na terra em que nasci, no Estado do Paraná, que aqui, ainda uma vez, e por infelicidade novamente um paranaense, traz a lume para impor mais disciplina, quando que se busca é mais liberdade.

Sinto, Deputado Del Ciel, não só como estudante que fui, mas como professor que sou, que o que se vê hoje no ensino é de um lado o estudante garroteado e de outro o professor transformado em mero burocrata. Assim é que me sinto. De garroteado que fui, passei a burocrata: e não é esta a minha aspiração, como tão pouco é a do estudante e a do professor brasileiro.

Não tenho nenhuma identidade política, por assim dizer, com Londrina, com o Município que V. Exa. representa. A minha identificação é com o estudante de Londrina, é com o professor de Londrina, e é sobretudo com a cultura paranaense que não pode mais aceitar desmando dessa ordem.

Não posso permanecer omissos, ainda que afirme desconhecer o texto da resolução, mas volto a dizer arrepiado-me saber que no Paraná, infelizmente, ainda uma vez, se pretende extirpar o mínimo que há de liberdade para o estudante e para o professor. Era isto, Sr. Deputado.

O SR. DEL CIEL - Agradeço o aparte de V. Exa., aparte que nos dá tranquilidade, porque se a nossa presença nesta tribuna, pela modéstia deste parlamentar, não trouxe a justiça que buscamos, pelo menos, nos sentimos satisfeitos porque tivemos a honra de, através do aparte de V. Exa., ver valorizado o Poder Legislativo do Estado do Paraná, colocando com tese política-partidária, mas acima de todos os interesses, os direitos da juventude do Estado do Paraná. Meus respeitos a V. Exa., tude estudiosa do Estado do Paraná. Meus respeitos a V. Exa., em ver, nesta oportunidade, ou mais esta oportunidade, que os políticos desta Casa, de ambos os partidos, estão preocupados com o destino que haveremos de oferecer à juventude estudiosa de nossa terra, de nosso Estado, quiçá de todo o Brasil.

Se combatemos o regime de fundação implantado, que veta, que impede o acesso de estudantes mais humildes ou de estudantes cuja origem seja de família de trabalhadores, dado o alto custo do ensino, sabemos que os outros poucos privilegiados que podem pagar a anuidade, a grande maioria trabalhando durante o dia atende às obrigações econômico-financeiras na Universidade, em busca de uma oportunidade, vemos em contrapartida ao sacrifício de milhares e milhares de jovens em todo o Estado do Paraná, que buscando a sua formatura o ensino superior estariam caminhando também em busca de uma oportunidade, talvez na liderança política de nosso Estado, do nosso País. E se começam a erguer barreiras intransponíveis, muros que fogem à força e à capacidade e à condição que tinha o jovem brasileiro e principalmente o paranaense e com maior ênfase ainda o universitário londrinense, que haverá de ter de enfrentar, se aprovado o Decre-

to 169, impediendo de praticar política em um País que luta desesperadamente em busca de uma democracia autêntica, que aí está para ser implantado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, acompanho também com atenção o seu pronunciamento e não poderia jamais me omitir de participar também, dos debates, nesta tarde, sobre este assunto que V. Exa. traz à Casa.

Dizíamos, nobre Deputado, que temos a preocupação com o Brasil de amanhã, daqui a 15 ou 20 anos. Quem irá suceder aquela geração que hoje comanda os destinos da Nação brasileira? É lamentável, Sr. Deputado, que, com o seu pronunciamento nós vejamos hoje, que um homem da nossa geração, um homem da nossa formação como é o Reitor Oscar Alves, venha trazer para a nossa cidade de Londrina, a minha terra natal, mais um ato de exceção no meio de tantos atos de exceção já existentes no País, quando as classes liberais do Brasil combatem atos de exceção, vem um jovem Reitor trazer mais uma forma de castração ao estudante paranaense brasileiro.

Portanto, Sr. Deputado, aceite nossa total solidariedade, nosso total apoio a este pronunciamento de V. Exa. ao que pretende apresentar o Reitor da Universidade de Londrina.

Aceite V. Exa. nosso apoio e o nosso profundo descontentamento pela atitude que quer tomar o Sr. Reitor de Londrina.

Nós somos da nova geração, Sr. Del Ciel e quero um país progressista e que tem a sua base fundada e fundamentada no Estado Brasileiro, homens e mulheres que terão a responsabilidade maior de dirigir este grande país no ano dois mil.

O SR. DEL CIEL – Agradeço o aparte de V. Exa., ilustre Deputado Gabriel Sampaio, cuja atuação neste parlamento muito tem valorizado esta Casa Legislativa, pela honestidade de propósitos, pelas manifestações na defesa de todos que estejam vivendo sob o regime de opção, de projetos, de decretos inconstitucional e arbitraria como os ilustres Deputados têm conhecimento.

O SR. DÁCIO LEONEL – Sr. Deputado, entendo que depois dos apartes de V. Exa. aos Deputados Accioly Neto e Gabriel Sampaio, acredito que devo conduzir a minha posição, porque dá a impressão que eu não tenha refletido meu pensamento; quando fiz as observações no aparte anterior a V. Exa. não tomei posição favorável ao Projeto de Resolução nº 169/74. V. Exa. deve ter me compreendido. Apenas observei que em função das acusações que se fazem ao Sr. Reitor Oscar Alves e tendo em vista a nota oficial em cuja declaração esteja a verdade, porque conheço muito bem a pessoa do Sr. Reitor Oscar Alves, foi que fiz a observação, foi porque a nota oficial é categórica ao afirmar que este projeto vem sendo estudado e discutido desde a administração anterior. A nota, quem vai debater é o Conselho Universitário. daí entendo, pela leitura da nota oficial e pelo debate que houve neste plenário, que efetivamente dever-se-ia dar tempo ao tempo por me parecer que o Reitor não deu sua posição definitiva com referência ao assunto e nem se deu por definitiva a aprovação deste Projeto de Resolução.

Apenas neste sentido, eu quero que V. Exa. entenda que, em absoluto, estou argumentando em favor deste projeto. Apenas e tão somente, louvando as suas declarações da eficiência anterior à época em que ele era Reitor. E de que o debate e a matéria ficaria a critério do Conselho Universitário, daí porque me permitir, fazer o aparte a V. Exa.

O SR. DEL CIEL – Agradeço o aparte. E V. Exa. esteja certo nobre Deputado, que entendemos bem a posição do ilustre companheiro em relação ao 169, ou em relação ao pronunciamento da matéria que estamos apresentando.

Sabemos que V. Exa. por conhecer, dá crédito às palavras do magnífico Reitor, Oscar Alves. E, para tranquilidade da Casa, devo dizer que nós apresentamos nesta oportunidade, focalizan-

do esta matéria, porque damos crédito às palavras da juventude estudiosa da nossa terra.

Porque damos crédito à palavra dos universitários sufocados pelo 477, ameaçados agora, pelo 169; tranquilizamos esta Casa, porque trazemos para fundamentar, o nosso pronunciamento do jornal "Universitário", que oferece uma análise séria do 169 porposto.

O SR. LÚCIO MACHADO – V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Estou observando o pronunciamento de V. Exa. desde o seu ponto de partida. E sensibilizado com o acontecimento, eu o apartei para analisar a diferença dos homens que ocupam a mesma posição.

Ontem, desta tribuna, o ilustre Deputado Luiz Carlos Zuk, tecia referências elogiosas ao Magnífico Reitor da Universidade de Ponta Grossa.

Hoje, V. Exa. denuncia a ação mutável daquele, antes, líder estudantil, que carregava o problema do estudante paranaense ao ponto de revolução, e que hoje procura uma forma esdrúxula e pecaminosa, para estabelecer um sistema de excessão e até de oposição aos universitários do Paraná. Faz-nos conceber o perigo que nos oferece as leis de exceções.

Elas são como as vozes dos cegos, as palavras dos ditadores e a ordem dos tiranos. Elas mudam os homens. O Reitor da Universidade de Londrina deu esta manifestação de que, para permanecer no alto cargo de dirigente daquela Universidade, está lendo pela cartilha de seu sogro, o Ministro da Educação e Cultura do País. Lamentamos que estes acontecimentos se registrem. Enquanto nossas vozes de representantes do povo tiverem condições para falarmos nos parlamentos deste País, haveremos de contestar atos desta natureza. Parabeno-me com V. Exa. que, com alta dignidade, representa o seu município e sua região.

O SR. DEL CIEL – Agradeço o aparte.

É verdade, Sr. Presidente, que hoje o Reitor Oscar Alves está para a juventude londrinense como Judas estava para Cristo. Implantado o 169, estará o Magnífico Reitor assumindo a condição de carrasco da juventude universitária de nossa terra. E na esperança de contribuir para que a Universidade de nossa terra não venha a sofrer os dramas que serão impostos com a aprovação do 169, oferecemos nossa palavra de apoio ao Deputado Federal que, no cumprimento do dever, ergueu sua voz na tribuna que o povo lhe outorgou, em defesa dos estudantes de nossa terra.

Aqui deixamos registrado o nosso descontentamento, a nossa contrariedade, a nossa revolta diante da pretensão do Sr. Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina de implantar o 169, visando a castração da juventude estudiosa de nossa terra, omitindo o pensamento, a expressão e a liberdade de milhares e milhares de jovens que serão certamente, indubitavelmente, os responsáveis pela condução dos destinos deste Estado e desta Nação.

O nosso apelo ao Magnífico Reitor para que, vivendo mentalmente o passado, faça justiça no presente para que não assuma a posição de carrasco da juventude universitária de nossa terra.

Era este o nosso pronunciamento. –

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente. – Necessita de apoio. APOIADO. – Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 204/69, de autoria do

Dep. Roberto Wypych, que autoriza o Poder Executivo adquirir por intermédio da Secretaria da Agricultura, 300 (trezentos) unidades de trator para operar em áreas agrícolas e com as características que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. - APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 204/69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Agricultura, autorizado a adquirir, nos termos da legislação vigente, trezentas (300) unidades de trator, equipado para operar em áreas agrícolas, com as seguintes características e condições:

- I - tração sobre esteira;
- II - tonelagem entre 6 (seis) e 9 (nove) mil quilos;
- III - potência do motor entre 65 (sessenta e cinco) a 80 (oitenta) HP;
- IV - financiamento, no mínimo, pelo prazo de 7 (sete) anos;
- V - os fabricantes no exterior que apresentarem propostas de vendas com financiamento deverão dispor de revendedores autorizados estabelecidos neste Estado, com comprovado estoque de peças de reposição e prestação de assistência técnica.

Art. 2º - Os tratores, referidos no artigo anterior, serão vendidos aos municípios, cooperativas e agricultores, segundo as necessidades das regiões geo-econômicas do Estado, a juízo da Secretaria da Agricultura, nas mesmas condições de custo total, prazo e juros da aquisição pelo Estado.

Art. 3º - O Estado do Paraná, através de seus organismos de crédito, concederá o aval à operação autorizada no art. 1º, desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de outubro de 1969.

a) ROBERTO WYPYCH.

JUSTIFICATIVA:

O projeto contém medida cuja eficácia foi demonstrada pelas experiências levadas a efeito pelos Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo bem como pelo Distrito Federal de Brasília, que integraram ao seu parque de máquinas agrícolas centenas de tratores, adquiridos na mesma modalidade aqui preconizada.

O Estado opera, nestas condições, como mero intermediário entre o produtor das máquinas e as cooperativas, municípios e agricultores individuais, concedendo a estes os mesmos prazos, juros e custo total obtido na fonte.

Por que a preferência por tratores com as características descritas no projeto?

I - porque a indústria nacional não tem similares, na referida faixa de tais veículos;

II - porque a aquisição de tratores de esteira significa a ampliação do total de áreas desmatadas, visto como tais máquinas se destinam ao destocamento, principalmente, além de oferecer ótimo rendimento na abertura e conservação de estradas, construção de pequenos açudes e outras tarefas são menos importantes. Ora, os tratores de rodas, fabricados no país, não são absorvidos no mercado exatamente por falta de condições operacionais. Nestas condições, pode-se afirmar que um trator de esteira abre possibilidades para vários tratores de roda.

Por que o financiamento pelo Estado?

I - porque, geralmente, o Banco do Brasil somente financia compra de tratores de pneus para quem possui no mínimo trinta (30) alqueires de terras destocadas.

II - porque não há outra fonte de financiamento que

transfira para o consumidor as mesmas condições obtidas na realização da compra original, a não ser o Estado, diretamente interessado no progresso da agricultura.

Tal interesse pode ser sintetizado nos seguintes termos:

I - o trator de esteira determina o aumento do consumo de tratores agrícolas fabricados no Brasil;

II - de igual forma, estimula a absorção pelo mercado interno, de implementos em geral, peças de reposição, etc...

III - amplia o mercado de trabalho, no setor agrícola, onde se concentra o maior contingente de mão-de-obra ciclicamente ociosa, sem qualificação ou especialização, em permanente candidatura ao êxodo para as metrópoles;

IV - aumenta a produção e o que é mais importante ainda, aumenta a produtividade, com melhoria da qualidade, forçando o barateamento dos preços agrícolas sem descapitalizar o agricultor;

V - promove a ampliação da rede de ligações vicinais, estimulando a circulação de bens, conhecimentos técnicos, a comunicação humana e a cultura, enfim, desenvolve a integração da população rural em torno dos valores básicos da convivência humana; e,

VI - finalmente, com o aumento da produção, eleva a arrecadação tributária favorecendo consequentemente o município, Estado e a própria Nação, para que disponham de maiores recursos necessários à implantação de uma infra-estrutura agrária tão reclamada pelo meio rural.

Com estas observações perfunctórias, submeto à apreciação dos nobres deputados, com a certeza de trazer ao processo legislativo, nesta oportunidade, matéria de mais alta relevância.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 204/69

Autor: Dep. ROBERTO WYPYCH

Pretende o nobre Deputado Roberto Wypych, através do presente Plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a adquirir, por intermédio da Secretaria de Agricultura, trezentas unidades de trator, equipados para operar em áreas agrícolas, e dá outras providências.

Dito Plano de Lei vem articulado e devidamente justificado, obedecendo normas contidas no Regimento Interno.

O projeto não fere qualquer disposição quer de origem constitucional, quer de ordem legal. Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

Nestas condições, somos pela sua APROVAÇÃO.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 1º de novembro de 1969.

aa) EMILIO CARAZZAI - Presidente

ABRAHÃO MIGUEL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 204/69

Objetiva o nobre Deputado autor do presente Plano de Lei autorizar o Poder Executivo adquirir trezentos tratores para operar nas áreas agrícolas.

A proposição não fere qualquer dispositivo constitucional de ordem financeira, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) LEOPOLDO JACOMEL - Presidente

OLIVIO BELICH - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 49/75, de autoria do Deputado Domicio Scaramella, que veda as Companhias de Economia Mista dos quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, incluir em seus estatutos dispositivos

prevendo participação de seus diretores a qualquer título, nos lucros que porventura produzirem. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para discutir) Sr. Presidente, formulei, juntamente com outros Srs. Deputados, um substitutivo geral ao projeto de autoria do eminente Deputado Domicio Scaramella.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que o substitutivo geral só será apreciado em 2ª discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, apenas para conferir com o informe da própria Assembléia, gostaria de mais um esclarecimento: admitindo-se a rejeição do projeto, nesta primeira discussão, parece-me que o principal ainda é o projeto, e assessorio o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que não pode considerar o substitutivo, porque só o recebe em 2ª discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, queria alertar os eminentes Deputados da ARENA e MDB, no sentido de, apesar da colocação contrária da CCJ, ao projeto de autoria do nobre Deputado Domicio Scaramella, se aprovássemos, hoje, o projeto, porque não teríamos oportunidade de discutir e estudar um substitutivo geral, já encaminhado à Mesa, é o apelo que faria aos nobres Deputados do MDB e aos Deputados da ARENA.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir) Sr. Presidente, não vejo como pretende S. Exa. o Sr. Deputado Enéas Faria validar a pretensão de inserir uma emenda ao Projeto de Lei nº 49/75, em primeira discussão.

Os dispositivos regimentais são bem claros e não admitem outra interpretação senão aquela de que a emenda não seja substitutiva e de autoria de comissão técnica possa ter guarida na primeira discussão, quando se vota a constitucionalidade da matéria.

Mas, não era somente este aspecto que deveria me deter, louvado, principalmente no voto em separado, emitido pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares, e que teve, praticamente, da unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, contrário à matéria.

Era, Sr. Presidente, o outro aspecto que me preocupa e deve merecer o meu pronunciamento.

O Sr. Governador do Estado determinou, porque era sua intenção mesmo, antes de sua posse, que a nenhuma sociedade de Economia Mista fosse permitida a participação dos diretores nos lucros das empresas. Determinação Governamental que já está sendo posta em prática pelas Sociedades de Economia Mista.

Mas, devo ir mais além, a mesma restrição imposta pelo Governador do Estado, deverá atingir e atingindo está, as autarquias. E no caso específico, o IPE, o IAM, a Administração do Porto de Paranaguá, de Antonina, o DER, o IBTP, Departamento de Edificações e Obras Especiais, Departamento de Imprensa Oficial do Estado, e se porventura outras existirem.

Há uma recomendação, e eu devo informar aos Srs. Deputados de que o Governador do Estado admitirá como teto máximo, a gratificação aos Diretores das Empresas e Sociedades de Economia Mista, a um teto equivalente até três salários, que não poderá ultrapassar nunca este limite. E quando se diz "até três salários" poderá ser um, dois ou nenhum. Nunca excedendo este teto. Por considerar, primeiro, que houve, sob o aspecto constitucional, pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, que bem nos orientou na votação, na sua primeira discussão, e votação, no sentido da sua rejeição.

Essa medida saneadora, já adotada pelo Governo do Estado, invalidando a medida do eminente Deputado, a pretendida medida, consubstanciada no Projeto de Lei nº 49/75.

Por esta razão, Sr. Presidente, válida no aspecto constitu-

cional, porque basta ler o voto em separado que teve o apoio da CCJ, e as medidas governamentais, para significarmos que não estamos votando contra matéria de interesse coletivo. Pelo contrário, estamos votando no sentido de significar que que estaríamos votando em matéria redundante, porquanto já se pôs cobro ao que se considerou nesta Casa de declarar de medida altamente de favorecimento aos Srs. Diretores das Sociedades de Economia Mista.

Por esta razão, votaremos pela manifestação da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Traz V. Exa. ao conhecimento da Casa a intenção governamental de que "moto próprio" haverá de coibir aquilo que o projeto, por força de lei, pretende, qual seja, a participação dos Diretores das Companhias de Economia Mista nos seus lucros.

A posição do poder Executivo é idêntica à nossa. A posição de V. Exa., agora mais uma vez reiterada, é a favorável a intenção projeto.

Parece-me também, que a posição da maioria de sua bancada está na mesma linha de entendimento que o projeto preconiza.

A CCJ debateu com toda profundidade este assunto, apesar do escasso tempo que dispunha, porque, em determinada altura, sobreveio o regime de urgência, que nos retirou condições naquela Comissão, de continuar o estudo e até mesmo, através da Comissão, propormos a modificação pretendida como saneadora.

Digo mais a V. Exa., o autor do voto em separado, que se tornou parecer, abriu o debate favorável, também a intenção do projeto, e com palavras que, até hoje, se proclama naquela Comissão: "não sei se fico com a ciência ou com a consciência". Teve que ficar com a ciência, naquela oportunidade, elaborando contra a consciência.

Quero reiterar o apelo a V. Exa., já que o entendimento geral é no sentido de que a intenção do projeto é válida, de que intenção do projeto é meritória, já que se entende assim amplamente, quase unanimemente, apelo a V. Exa. e à sua bancada, no sentido de que desse condições de tramitar o Substitutivo Geral que vem sanar a inconstitucionalidade levantada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Ao longo de sua nova tramitação, teremos a oportunidade de fazer isto, inclusive à luz da legislação que estamos pesquisando, de trazer as informações e o suporte legal ao projeto.

V. Exa. sabe que derrubando o projeto hoje estaremos impedidos nesta Legisatura, de propormos iniciativa igual e assim teremos perdido mais um ano de darmos condições, força de lei à intenção que se preconiza. Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Eminente Deputado Enéas Faria, em primeiro lugar tenho a esclarecer que o pedido de urgência tem como autor o próprio autor do projeto e não houve, portanto, qualquer pretensão de nossa bancada, em impedir o debate mais amplo da matéria.

Em segundo lugar, devo informar que já está confeccionado um estatuto pafrão às Sociedades de Economia Mista do Estado do Paraná.

Este estatuto pafrão entrará em vigor para todas as Sociedades de Economia Mista à medida que forem realizando suas assembleias gerais e mesmo extraordinárias adaptarão seu novo estatuto ao estatuto padrão, atendendo determinação do Sr. Governador.

Mesmo antes de atendimento desta nova norma, Sr. Deputado, a Casa tem conhecimento que no caso específico da TELEPAR, onde os estatutos preconizam dividendos de lucros até cinco por cento da participação dos Srs. Diretores daquela empresa, o Sr. Governador do Estado, numa medida restritiva e saneadora não admitiu que a participação daqueles Srs. Direto-

res no lucro daquela empresa fosse no último exercício, e os dividendos foram distribuídos em abril deste ano, superiores a 0,6 por cento dos lucros, significando uma participação dos Diretores, da importância que não atingiu sequer a ordem de 4 mil cruzeiros mensais.

Então, a preocupação do Governador deste particular, vem atender os reclamos desta Casa, mas para que V. Exa. entenda a boa vontade da nossa bancada e do próprio Governo, eu subcreverei, com V. Exa., um requerimento retirando da pauta o projeto de lei por 30 dias ou por 30 sessões, como quer V. Exa., por 40 sessões, antes que tenhamos então a oportunidade: 1 - de verificarmos se o estatuto-padrão proposto para as Sociedades de Economia Mista atendem o entendimento da Casa, se por ventura este estatuto-padrão não proibir esta participação. Então nós voltaremos a discutir a matéria e daremos também apoio a Emenda Substitutiva proposta por V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, acompanho com interesse a dissertação de V. Exa., e até certo ponto nós vemos que o projeto de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, afinal de contas, se aprovado, seria um projeto desta Casa, preocupou o Poder Executivo e o levou a adotar já, medidas mais ou menos correlatas, com a pretensão estampada, no projeto.

Mas eu perguntaria a V. Exa. que está interessado em formalizar uma solução definitiva para este assunto: se não seria de interesse maior da Casa, discutir este Substitutivo que eu também, confesso, não tive tempo de estudar, mas principalmente no sentido de que talvez tivesse até maior suporte legal, houvesse um suporte legal para este estatuto que o Governo pretende elaborar com relação às Companhias de Economia Mista. Não seria, então de se debater este assunto relativo ao substitutivo, uma vez que nós não pudemos sequer debater a matéria constitucional que, embora vasada num parecer que nos merece todo o respeito em que se sente estar amparado por considerações as mais judiciosas, mas que, realmente, o próprio parecer, no fundo, reconhece que se trata de uma matéria delicadíssima. O artigo 145 do Regimento Interno realmente declara que a primeira discussão de um projeto de lei ou de resolução versará exclusivamente sobre a sua constitucionalidade e utilidade e será feito em globo, de modo de que se nós fôssemos situar rigorosamente o Regimento Interno, permita-me dizer que V. Exa. também está sentindo, teríamos que nos ater exclusivamente ao aspecto constitucional da matéria. V. Exa. entrou no mérito, deixando de lado o constitucional.

O SR. IVO THOMAZONI - Quanto ao constitucional que estão amplamente consubstanciados no voto em separado, emitido pelo Deputado Roberto Soares, na Comissão de Constituição e Justiça, razão pela qual eu fujo do aspecto constitucional, para entrar no mérito.

O SR. MUGGIATI FILHO - Apenas estou citando, para justificar a V. Exa., que nós não podemos também nesta hora em que há um interesse comum sobrelevando-se à discussão propriamente constitucional, invocar a rigidez do Regimento Interno, porque V. Exa. mesmo se viu forçado a fugir desta rigidez. V. Exa. não declarou que deixou de lado a parte constitucional para abordar o mérito do projeto, na parte do direito substantivo que o Governador pretende criar, através de um estatuto, regulamentar este direito substantivo dos diretores de Empresa de Economia Mista.

Gostaria que V. Exa. levasse em consideração este fato, porque estamos a cercar a Casa de apresentar substitutivo.

O SR. IVO THOMAZONI - No instante em que eu proponho a retirada da matéria da Ordem do Dia para considerar a validade do Estatuto padrão proposto pelo Sr. Governador nas

Sociedades de Economia Mista, nós estamos ensejando que esta Casa... (É interrompido pelo Sr. Muggiati).

O SR. MUGGIATI FILHO - V. Exa. me perdoe, mas eu, realmente, preocupado com a matéria, que não foi, evidentemente alvo de melhores estudos, mas eu devo confessar a impossibilidade material mesmo, mas eu não depreendi das palavras de V. Exa. que a intenção de V. Exa. é de que a matéria seja retirada da Ordem do Dia.

O SR. IVO THOMAZONI - Eu propus a retirada da matéria da Ordem do Dia atendendo às ponderações do Sr. Deputado Enéas Faria, mas iria mais longe, pretenderia... (É interrompido).

O SR. ACCIOLY NETO - V. Exa. permite um aparte? - (Assentimento).

Neste seu requerimento, queria fazer um adendo para efeito de retirada da Ordem do Dia reenviá-lo à Comissão de Constituição e Justiça onde será apreciado e se for o caso, emitir parecer e voltar à Ordem do Dia.

O SR. IVO THOMAZONI - Ora, Sr. Deputado Muggiati Filho, a intenção porque ao mesmo instante que eu dizia, poderia a emenda substitutivo, se conferida a sua iniciativa na Comissão, ser analisada ainda em primeira discussão e tão somente para posicionar o Governador Jayme Canet Junior neste episódio.

A iniciativa do eminente Deputado Domicio Scaramella, data de 29 de abril do corrente ano. O Sr. Governador preocupado com esta matéria, já a quatro de abril, determinava a TE-LEPAR, medidas que naquela empresa foram já adotadas, e inseridas no Estatuto da Empresa, vedando participação nos moldes em que estavam os Srs. diretores a participar delas. Para posicionar o Sr. Governador do Estado na sua preocupação, para significar sem invalidar a medidas do eminente Deputado Domicio Scaramella, dizer que S. Exa. antes de dar entrada deste projeto de lei, nesta Casa, havia já o Sr. Governador adotado providências no sentido de atender este aspecto que nós consideramos como moralizador.

E isso, Sr. Presidente, nos permitiria encaminhar à mesa um requerimento, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por trinta sessões, deste projeto de lei.

O SR. ENÉAS FARIA - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, sobreveio uma outra sugestão, uma outra ponderação talvez mais acertada que a do eminente Deputado Accioly Neto, que é o Presidente da CCJ, avocando a retirada do processo... (É interrompido pelo orador).

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente, não há dispositivo regimental que nos impeça, que ao instante em que nós solicitamos a retirada da Ordem do Dia, o adiamento da votação por trinta sessões, possamos também inserir a solicitação de que, o mesmo seja reencaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para uma análise mais profunda quanto à sua constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa consulta ao nobre Deputado, se está solicitando adiamento do projeto, ou a retirada da Ordem do Dia.

O SR. IVO THOMAZONI - Nos termos do Regimento Interno, adiamento de votação.

O SR. PRESIDENTE - De acordo com o Regimento Interno, no seu Artigo 839:

"Qualquer deputado poderá requerer o adiamento de votação, que só será concedido com um prazo pré-fixado".

§ único - Os projetos de prorrogação e de adiamento das sessões legislativas que poderão ser consideradas urgentes, não se admitirão o adiamento de votação".

O SR. IVO THOMAZONI - V. Exa. me dá uma lição, Sr. Presidente, porque realmente, esta matéria está em regime de urgência.

Eu fico, Sr. Presidente, a matutar sobre qual seria a melhor forma de se atender às pretensões da aludida bancada do MDB.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa responde a pergunta de V. Exa., colocando a matéria em votação.

O SR. IVO THOMAZONI – Exato. Votaremos nos termos preconizados pela CCJ, inclusive, para não fugir de uma regra já estabelecida entre a nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE – Continua em discussão.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos com atenção o debate com referência ao Projeto de Lei nº 49/75, de nossa autoria. Queremos aqui, neste instante, responder às indagações do Deputado Ivo Thomazoni.

Estamos de acordo com o seu pronunciamento, que é muito louvável. Queremos dizer ao ilustre líder do Governo que não tínhamos conhecimento de que S. Exa. o Governador já tinha a intenção de resolver este impasse criado com as Companhias Mistas do Paraná, companhias essas que com a participação dos diretores nos lucros, vem onerando grandemente os consumidores de energia elétrica, os usuários de telefones e os usuários do serviço de abastecimento de água e esgoto no Paraná.

Queremos nos congratular com o Governador do Estado por esta iniciativa. Mas, no dia 29, quando apresentamos nosso projeto, não tínhamos conhecimento disto. Vemos a boa intenção do Governador do Estado e do Secretário da Fazenda, dando isenção de ICM para equipamentos agrícolas. Vemos que o Governador está bem intencionado, mas é direito que nos assiste e queremos louvar aqui o relator de nosso projeto, Deputado Dácio Leonel, onde diz: “No aspecto legal e constitucional nada impede a proposição. No seu mérito, merece a atenção do plenário, razão pela qual recomendamos a sua aprovação”.

Respeitamos também o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que considera o projeto inconstitucional. Perguntaria ao líder do Governo: será que a reforma dos estatutos das companhias que o Governo pensa propor, não é inconstitucional? Parágrafo segundo, do artigo 170.

Se é inconstitucional o projeto de autoria desta Assembléia, temos a impressão de que é também inconstitucional a proposição do Governo do Estado na reforma dos estatutos das companhias. É um projeto que não cabe a nós, que não somos advogados para discutir, mas à douta Comissão de Constituição e Justiça e faço uma pelo aos deputados desta Assembléia para que votemos em primeira discussão este projeto para que seja dada condição jurídica para o substitutivo apresentado pelo ilustre deputado Enéas Faria.

Queremos então fazer um apelo neste instante.

Tenho a impressão, dentro de nossa modéstia, que seria uma solução votarmos a favor de nosso projeto para que amanhã possa voltar à Comissão de Constituição e Justiça juntamente com o substitutivo apresentado pelo deputado Enéas Faria.

O SR. LINEU TURRA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Domício Scaramella, estou acompanhando o raciocínio de V. Exa e, aliás, V. Exa. está com a razão porque vemos aqui, no voto da Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos nesse voto qualquer fundamentação que seja o projeto inconstitucional.

V. Exa. veja que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu Parecer, não traz sequer uma disposição de lei que o projeto de V. Exa. esteja contrariando.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Agradeço o aparte do ilustre Deputado Lineu Turra.

Concedo aparte ao nobre Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES – Pedi este aparte, porque sou o aturo do parecer que mereceu acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, e devo dizer ao nobre Deputado Lineu Turra que, em primeiro lugar, o parecer faz menção a dispositivo constitucional que seria, entre outros, o argumento decisivo para caracterizar o projeto como sendo inconstitucional.

Todavia, queria informar ao nobre Deputado Lineu Turra que, malgrado emenda exarada, meu voto foi preponderantemente oral, naquela Comissão.

E o artigo 170, da Constituição Federal, em seu § 2º, diz: “Na exploração, pelo Estado, das atividades econômicas, as empresas públicas e as sociedades de Economia Mista, reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e ao das obrigações”.

E o Decreto Lei nº 200, posteriormente modificado, determinou que as empresas públicas, bem como as sociedades de economia mista, adotem a forma de sociedade anônima, e por essa lei devem reger-se.

Ora, no capítulo que disciplina as competências, está anunciado, em todas as letras, que é da competência exclusiva da União legislar sobre Processo Civil, Direito Civil, Direito Penal, Direito Comercial, etc.

Evidentemente, parece não ser competência desta Assembléia legislar sobre a lei das Sociedades Anônimas.

Razão pela qual, dei meu parecer no sentido da inconstitucionalidade do projeto, muito embora, no seu mérito, seja favorável. E isso deixei bem claro naquela Comissão, inclusive, citei a expressão do Deputado Enéas Faria, “conflito entre consciência e ciência”. Mas, infelizmente, tive que ficar com a ciência.

Era o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Agradeço o aparte do nobre Deputado Luiz Roberto Soares.

E devo dizer que tive conhecimento de que o ilustre Deputado Olivir Gabardo, na Câmara dos Deputados, apresentou um projeto disciplinando essa matéria. Esperamos que isso seja atendido, pois que é da competência da esfera federal. E se aprovado for o projeto de nosso ex-Deputado Estadual, creio que o mesmo atingirá os Estados também. Tenho a impressão que esse projeto irá procurar diminuir o aumento dessas tarifas que, diariamente, praticamente porque não tem mais motivo e esse nosso pensamento é que, com isso, onera dia a dia o consumidor, a bolsa do consumidor, porque não é justo que um Sr. Diretor, pela sua capacidade, pelo seu desprendimento no trabalho, ganhe a importância que vem recebendo dos cofres públicos do Estado, porque realmente é do Estado.

Tenho certeza que a resposta de S. Exa. o Sr. Governador do Estado irá estarrecer o povo, o contribuinte, irá estarecer os Srs. consumidores de energia elétrica, de telefone, etc.

Deixo aqui meu apelo às duas bancadas e aceito o que foi resolvido e irei fazer um requerimento à Mesa para que os votos sejam dados nominalmente, para que os Anais desta Casa, embora a justificativa da Comissão de Constituição e Justiça que diz que é inconstitucional, mas deverão ficar nos Anais os votos dos Srs. Deputados.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. ACCIOLY NETO – (Pela ordem). Sr. Presidente, foi deferido “in limine”, requerimento verbal formulado pelo Deputado Enéas Faria, solicitando o adiamamento da votação do projeto ora em debate. É evidente que houve um equívoco, tanto do Deputado autor do requerimento, quanto da Mesa, ao decidir a matéria. É que nós não estamos em cotação, mas em discussão. E o artigo 187, parágrafo único em que se louvou o Presidente, diz respeito ao adiamento da votação e não da discussão. Nestas condições, na forma do artigo 134, inciso 3º, requerio o adiamento da discussão do projeto e o envio à Comissão de Constituição e Justiça, para reexame da matéria.

— (É encaminhado o seguinte requerimento):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o plenário, Adiamento de votação do Projeto de Lei nº 49/75, constante da Ordem do Dia da sessão de hoje, por 30 (trinta) sessões e, conseqüente envio do mesmo à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO”

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, em aditamento à alegação do Deputado Accioly Neto, cito ainda o artigo 110, do Regimento Interno, que diz claramente o seguinte: “O pedido de adiamento só poderá ser apresentado antes de encerrada a discussão da matéria e será submetido à deliberação da Assembléia, independente de discussão, não podendo, entretanto, ser apresentado quando a Assembléia estiver em votação ou quando estiver fazendo uso da palavra qualquer Deputado. Parágrafo único — os requerimentos de adiamento que não forem votados imediatamente, por falta de número, ficarão prejudicados”.

Artigo 111: “Os requerimentos só poderão ser propostos por tempo expressamente determinado, e quando sobre a mesma matéria for apresentado mais de um requerimento, a Assembléia decidirá qual deverá prevalecer”.

Portanto, corroboramos na inteira procedência do requerimento do Deputado Accioly Neto.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, quando presidia a sessão, orientei o plenário de que não tinha condições de adiamento de votação. O nobre Deputado Accioly Neto, invoca dispositivo regimental, artigo 134 e o Deputado Muggiati Filho invoca o artigo 110.

O artigo 112 é claro: “é vedado na mesma discussão reproduzir pedido de adiamento”. Em consequência, quando presidia a sessão, procedi de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — Em relação a questão de ordem do Deputado Accioly Neto com base no artigo 134, inciso 3º, esta Presidência tem a dizer que a mesma não tem procedência.

Entretanto, recebemos anteriormente a questão de ordem de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, que vem de encontro ao desejo do Deputado Accioly Neto.

Assim sendo, esta Presidência acata e delibera colocando a decisão do plenário o requerimento do ilustre Deputado.

A assessoria da Mesa lembra a este Deputado que a matéria consta em pauta de regime de urgência e, em razão disto, não vê condições de dar cumprimento ao requerimento do nobre Deputado.

Assim sendo, permanece em discussão o projeto de lei.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, preliminarmente entendi que, ao tempo em que V. Exa. indeferiu a questão de ordem de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, V. Exa. deferiu a questão de ordem de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, uma vez que estavam formuladas com a mesma intenção e no mesmo sentido.

No entanto, vejo agora que V. Exa. volta a colocar em discussão a matéria, quando deveria colocar em votação o requerimento formulado pelo Deputado Accioly Neto.

O SR. PRESIDENTE — Tem fundamento a observação de V. Exa. Lembro, tão somente que recebi o assessoramento neste instante no sentido de que a matéria está se apresentando em discussão, em regime de urgência.

Portanto, se a Casa deliberou que a matéria fosse focalizada em regime de urgência, não encontro caminho regimental, mesmo pretendendo deferir e acatar a questão de ordem do ilustre Deputado para oferecer despacho necessariamente regimental e constitucional.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria de dizer, considerando a posição que V. Exa. adota, que V. Exa. tem razão quando analisa o mérito da questão.

A Casa entendeu em promover a urgência para o projeto e agora pretende a Casa não mais desejar a urgência para o projeto.

Pelas razões já formuladas aqui neste plenário há condições de se permitir a discussão da matéria, mesmo que a mesma se encontre em regime de urgência.

V. Exa. entende que a urgência obsta qualquer prorrogação. Mas se a Casa, se maioria votou a urgência é a própria maioria da Casa agora, que não mais está desejando a urgência para o projeto.

O SR. PRESIDENTE — Ilustre Deputado, esta Presidência procura como V. Exa., inclusive por obrigação e por dever, representar o desejo desta grande maioria desta Casa Legislativa, e encontrar o caminho para definir o projeto do ilustre Deputado, que pretende a não apreciação na oportunidade, do Projeto de Lei.

Ocorre que o artigo 177, parágrafo único, veda esta oportunidade lembrando que projetos de prorrogação ou de adiamento da sessão legislativa, os vetados e os considerados urgentes não admitirão adiamento de votação.

No entendimento da Presidência e julgando dever, da Comissão Executiva desta Casa representar o desejo da maioria, esta Presidência delibera que a decisão da Casa será observada e respeitada por esta Comissão Executiva, visto o entendimento de ambas as bancadas.

Assim sendo, esta Presidência dá acatamento ao requerimento e coloca então à decisão, ao plenário desta Casa Legislativa.

O SR. ENÉAS FARIA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, antes que seja colocado em votação, quero levar ao conhecimento do plenário e da Presidência, da Comissão Executiva, que meu voto será contrário ao requerimento do nobre Deputado Accioly Neto, em consequência dele desrespeitar o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do nobre Deputado Accioly Neto, que solicita adiamento por 30 sessões, do Projeto de Lei nº 49/75.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados, a idéia que me surgiu quando formulei este requerimento, estava baseada sobretudo na discussão do projeto, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. É que ali se reconheceu a exiguidade de tempo para os exames mais acurados de matéria de tão relevante interesse para o Estado do Paraná.

É porisso que eu entendo que, em face do pronunciamento fulminante da Comissão, em vista da manifesta inconstitucionalidade da iniciativa, é que este plenário cuja soberania é indisputável e assim sempre o será, até contra o parecer da própria Comissão de Constituição e Justiça, deverá fazer com que o Projeto retorne à Comissão onde com mais vagar se examine o substitutivo ora proposto, ao mesmo tempo que a Comissão seja informada das providências já tomadas e postas em prática pelo Governo do Estado.

Por esta razão é que apresentei o requerimento, na certeza de que este Plenário não faria com que fique derogada a sua soberania por ato da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Deputado Accioly Neto invoca falta de prazo na Comissão de Constituição e Justiça para

dar relatado os pareceres nos projetos. Não entendo a razão. A Comissão de Constituição e Justiça tem seus prazos regimentais. Em consequência, devia ter a oportunidade de apreciar a matéria e não trazer ao plenário debates desta ordem que contraria o Regimento Interno da Casa. Outra indicação do nobre deputado, que eu respeito para que eu possa também ser respeitado é o fato de que trouxe para o plenário e o plenário tem autoridade. No entanto, no meu entender o Regimento Interno só pode ser alterado através de Projeto de Resolução da Comissão de Constituição e Justiça e não de plenário.

O SR. PRESIDENTE — O Deputado Leopoldo Jacomel já havia utilizado a palavra, pela ordem. Esta Presidência esclarece que respeita a decisão do ilustre Deputado quando da sua atuação na Presidência desta Casa Legislativa, mas dá estravasamento ao espírito democrático que norteia este Deputado que preside nesta oportunidade, que vê tão somente a decisão soberana do plenário, o caminho definitivo para apreciação da matéria que ora está sendo focalizada. Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto. Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram permanecer como estão. — **Aprovado.**

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, o meu voto é contra e solicito a V. Exa. que faça constar dos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE — **Aprovado o requerimento.** Esta Presidência solicita que se insira em Ata o voto contrário do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Muggiati Filho, respectivamente líderes da ARENA e MDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial, a fim de elaborar um Simpósio sobre o Estatuto do Magistério. — Ao Departamento Legislativo. — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretriz Empreendimentos pela realização da I Feira da Mecanização Agrícola. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Senador Teotônio Brandão Vilela, da ARENA, pelo seu pronunciamento no dia 25 de abril último, onde defendeu a institucionalização do modelo político brasileiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor da Copel, agradecendo a implantação da rede de energia elétrica nas localidades de Braganey, Ouro Verde do Piquiri, Iguatu, Anahy, Longuinópolis, Bragantina e Penha, do município de Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes à SANEPAR, Prefeitura Municipal de Curitiba e Câmara Municipal de Curitiba, no sentido de que sejam tomadas providências, visando melhor atendimento à Vila N. S. da Luz, desta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam enviados votos de congratulações desta Casa, aos Srs. Presidentes da República, Ministro das Relações Exteriores e Presidente da Nucleobrás, pela assinatura, no próximo dia 27 do corrente, em Bonn, do acordo atômico entre o Brasil e a República Federal da Alemanha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a convocação do Sr. Secretário de Educação e Cultura para, em dia e hora a serem designados, pessoalmente prestar informações do "Estatuto do Magistério".

— Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, há pouco mais de trinta dias, esta Casa, viveu momentos de grande expectativa, porquanto, ao analisar requerimento de um Sr. Deputado do MDB, com o voto da maioria arenista nesta Casa, impediu o comparecimento do Sr. Secretário dos Negócios da Educação e Cultura, nesta Casa, para prestar esclarecimento e informações a cerca do Estatuto do Magistério.

A posição adotada naquela oportunidade pela bancada majoritária, foi por alguns setores da imprensa e também pela bancada minoritária, entendida como medida cerceadora do Poder Público, em esclarecer ao Poder Legislativo, sobre a posição governamental, diante de matéria de tamanha importância para uma massa do funcionário público estadual, que se constitui na grande maioria do funcionalismo que é o magistério do nosso Estado.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos a analisar um requerimento de autoria do eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio, Deputado da ARENA, que reprisa a convocação do eminente ex-Deputado Borsari Neto, para vir a esta Casa prestar informações do Estatuto do Magistério.

A bancada da ARENA lamenta, não ter podido ser informada com antecedência por S. Exa. o Sr. Deputado, das suas pretensões. Aliás, no segundo episódio, já envolvendo o Estatuto do Magistério, a nossa bancada foi surpreendida por medida que entendo, seja oportuna, de iniciativa do eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

A primeira, aquela que originou a apresentação nesta Casa, de um anteprojeto do Estatuto do Magistério, já combatido pela própria classe do Magistério, representada pelo Presidente da Associação dos Professores do Paraná e um memorial encaminhado a esta Casa.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — Não permite o Regimento Interno a concessão de apartes no encaminhamento de votação. A Presidência assegura a palavra ao orador, para o encaminhamento de votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ocorre, que eu recebi da Associação dos Professores do Paraná, memorial, solicitando cautela quanto àquele plano de lei, porque segundo os professores, não atendia os interesses da classe. Memorial que foi distribuído entre os Srs. Deputados.

Ontem, a liderança e a bancada, foram surpreendidas com este requerimento do eminente Deputado Gabriel Sampaio.

Devo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, declarar, que a iniciativa do eminente deputado coincidiu com o pronunciamento do Sr. Secretário de Educação, prof. Borsari Neto, com a intenção do Sr. Secretário, dizendo-se agora em condições de vir a esta Casa para dialogar com os Senhores Deputados, a exemplo do que já fizeram inúmeros outros Secretários deste Governo — Secretário de Saúde Pública, Secretário da Agricultura, Secretário dos Transportes, Secretário de Segurança Pública, que estará aqui amanhã, e agora o Secretário de Educação e Cultura que virá a esta Casa para prestar informações sobre o Estatuto do Magistério, Estatuto que o eminente colega de Partido, Gabriel Sampaio, não apresentou quando Secretário dos Negócios de Educação e Cultura.

Virá para dialogar com os homens da ARENA e do MDB, dizer das providências governamentais já adotadas no sentido de se confeccionar um documento capaz de atender os interesses da administração e do magistério.

Por esta razão não há restrição alguma a se fazer ao requerimento do eminente e ilustrado Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o grande companheiro arenista, Vice-Presidente desta Casa, representante da grande região de Maringá.

Damos aprovação unânime à sua pretensão por acharmos

que ela é justa, oportuna e haverão de ter, S. Exa. e os demais deputados interessados na matéria, a oportunidade de arguir o Sr. Secretário para que esta Casa possa encontrar uma norma para, de uma vez por todas, atender às reivindicações do magistério. E Deus nos ilumine para que encontremos um documento capaz de satisfazer senão a toda, pelo menos a grande maioria de nosso professorado.

O SR. PRESIDENTE - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pedi a palavra no encaminhamento da votação apenas para responder alguns aspectos do pronunciamento feito pelo Deputado Ivo Thomazoni.

Em primeiro lugar não encontro respaldo algum, quer regimental, quer de outra ordem que me indique o caminho de comunicar tudo aquilo que devo fazer nesta Assembléia Legislativa. Acho que fui eleito pelo povo e venho aqui para cumprir minha missão como legislador e não seria o caso de eu aqui repetir quantas vezes fui surpreendido por decisões outras de nossa bancada, de nossa liderança para as quais não fui consultado.

Em segundo lugar, a Associação dos Professores que remeteu e confeccionou o manifesto, não representa absolutamente a opinião dos professores do Paraná, porque o subscritor do manifesto é tão somente Presidente da primeira região, ou seja, de Curitiba e alguns municípios circunvizinhos e a Associação dos Professores tem mais de quinze regiões, devendo se reunir na próxima semana para emitir parecer sobre o projeto.

Aquela facção da Associação não representa a opinião do professorado do Paraná.

Em terceiro lugar, quando Secretário de Educação e Cultura por quatro meses, no Governo do saudoso e grande Governador Parigot de Souza, prometi à classe dos professores do Paraná que entregaríamos o Estatuto do Magistério pronto e fizemos esta entrega nos últimos dias de nossa administração, ao Sr. Governador, cujo ofício temos, como recordação, uma cópia autêntica.

Portanto, fizemos uma promessa e cumprimos, naquela oportunidade.

Vimos a esta Assembléia em visita, por diversas vezes, falamos aos Srs. Deputados, inclusive, pedimos a alguns deles que querassem vir a esta Casa, para explicar os graves problemas que existiam no ensino do Paraná.

Nunca nos furtamos à vinda a esta Casa, mas, infelizmente, nenhum dos Srs. Deputados de então, tiveram a iniciativa, a lembrança, de nos convocar a fim de que viessemos a esta Casa. E se isso tivesse ocorrido, tenham certeza, Srs. Deputados, que teria vindo com a maior boa vontade.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão. Em votação.

O SR. NILSO SQUAREZI - (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha manifestação é tão somente para congratular-me com o eminente Deputado Gabriel Sampaio, pela boa oportunidade em propor a vinda, a esta Casa, do Sr. Secretário de Educação e Cultura, e passados apenas alguns dias da estóica e homérica derrota que tivemos neste plenário.

Derrota, porque não tivemos a satisfação de, ao menos, pedir que se conferisse a votação de um requerimento formulado por iniciativa de meu Partido.

Realmente, para o MDB, hoje, é dia de festa. Porque parece ter imperado o velho ditado "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". E insistentemente, conseguimos, através da compreensão de um membro da Arena, fosse, por iniciativa sua - e essa é a verdade - fosse proposta, novamente, a vinda a esta Casa do Sr. Secretário de Educação e Cultura. E isso nos traria

grandes benefícios e poderia, pelo menos, definir o quadro nebuloso que existe na Secretaria de Educação e Cultura.

Louvo a iniciativa dos eminentes Deputados do MDB que votaram contra um projeto de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, por entendê-lo inconstitucional, quando da sua apreciação na C.C.J.; e agora, um nobre Deputado da Arena, demonstrando dignidade e independência, apresentou um requerimento pedindo a convocação do Sr. Secretário da Educação e Cultura.

Congratulo-me com essas duas atitudes, a primeira de meus companheiros na C.C.J., que deram um parecer contrário a um projeto por considerá-lo inconstitucional. E, agora, neste momento, congratulamo-nos com o nobre Deputado Gabriel Sampaio, por ter apresentado esse requerimento.

E, na oportunidade, fazemos menção especial ao ex-Secretário de Educação, Gabriel Sampaio, que, em quatro meses apenas, conseguiu arrumar a casa.

Congratulo-me também, com o atual Secretário de Educação porque, acreditamos, também já tenha arrumado a casa. Oxalá essa casa esteja em ordem, para que aqui possamos conhecer todas as dependências da Secretaria de Educação e Cultura.

Era só, Sr. Presidente.

- (Sem revisão do orador).

O SR. LÚCIO MACHADO - (Para encaminhar a votação) Sr.

Presidente, inicialmente eu quero dizer que voto favoravelmente ao requerimento do Sr. Deputado da Arena, que retrata requerimento que foi formulado há poucos dias neste Plenário.

O que nós não entendemos, é que convocação de Secretários de Estado seja privilégio da representação do Governo do Estado. Porque o requerimento que foi debatido até altas horas, há poucos dias, hoje é apresentado pela bancada do Governo, no mesmo sentido e com o mesmo objetivo. Não sabemos se é privilégio, ou é que necessitem de tempo para preparar o Secretário para que ele possa vir prestar informações aos Srs. representantes do Paraná, com assento nesta Casa.

Nesta oportunidade, quando declaramos que nosso voto é favorável ao requerimento da bancada da Arena, como foi favorável ao requerimento do MDB, nós nos sentimos vitoriosos, sentimos que, acima de tudo, os nossos objetivos são os objetivos do povo, e por isso mesmo, eles podem ser rejeitados temporariamente, mas haverão de ser aceitos, porque o povo assim o quer.

Aí está minha declaração de voto, favorável ao requerimento. - (Sem revisão do orador).

O SR. LEOPOLDO JACOMEL - (Para encaminhar a votação) Sr.

Presidente, nós que fomos batizados na bacia de nossa própria consciência, queremos declarar de público, solicitando, inclusive, à Mesa, que declare nos Anais da Casa, nosso voto contra, porque não podemos ser incoerentes, desde que há poucos dias votou-se no mesmo sentido um requerimento, se não me falha a memória, de V. Exa., que hoje preside esta sessão, convocando o Secretário de Educação a vir ao plenário, falar sobre sua pasta, requerimento que foi rejeitado pela unanimidade da bancada.

Respeitando o pensamento de uns e outros, meu voto será contra, embora pense e entenda que deve o Sr. Secretário de Educação comparecer à Casa, para dar satisfação ao povo, mas em ocasião oportuna, porque não posso ser incoerente com minha própria consciência. - (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, sempre agi com independência nesta Casa, mas sempre seguindo uma conduta de respeito a uma linha partidária. Seguindo as decisões da maioria e decisões de minha bancada.

Sempre procuro dialogar e aceito as decisões depois do debate, depois de serem discutidas.

Bem disse o Deputado Nilso Squarezi, que há poucos dias foi apresentado um requerimento no mesmo sentido, e que foi

dito que o momento não era oportuno para a convocação de S. Exa. o Sr. Secretário de Educação. Eu mesmo tive oportunidade de fazer esta justificativa.

Acho que deve o Sr. Secretário de Educação comparecer à Casa, mas julgo como julguei naquele dia, não faz 15 dias, e não é por isso que dentro de 15 dias vou mudar meu pensamento. Por este motivo, voto contra o requerimento, embora concordando que o Sr. Secretário deva comparecer depois de preparado, para trazer uma solução, em definitivo, como bem frisei naquela ocasião. Assim, voto contra o requerimento. — (Sem revisão do orador).

Ø SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação) Sr.

Presidente, depois de ouvir as palavras de nosso vice-líder, que também votou contra o requerimento, faço minha declaração de voto, contra o requerimento de nosso companheiro de bancada, Deputado Gabriel Sampaio,

Ø SR. JURANDIR MESSIAS — (Para encaminhar a votação) Sr.

Presidente, quero fazer a declaração pública do meu voto com referência ao requerimento de autoria do Ilustre Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

Disseram vários dos Srs. que usaram da palavra para o encaminhamento da votação, que seria incoerência votar favoravelmente ao requerimento, visto que requerimento no mesmo sentido já foi rejeitado por esta Casa.

Quero, aproveitando a oportunidade, declarar aos Srs. Deputados, que meu voto será e continuará sempre contra requerimentos desta natureza. — Muito obrigado.

Ø SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento.

APROVADO. A Comissão Executiva da Casa programará data e horário para o comparecimento do Sr. Secretário de Educação e Cultura, em atendimento à decisão desta Casa.

Ø SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar, em explicação pessoal, ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

Ø SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Ontem, ao apagar das luzes desta Assembléia, recebemos a definição de levianos. Esta definição partiu do ilustre líder da maioria num momento de exasperação muito louvável, ao sentir, que os segredos palacianos ganham às ruas, as vezes, até aos ouvidos dos parlamentares. Pois, nós Deputados do povo vivemos junto do povo, sentimos suas angústias, sofrimentos, necessidades, e ouvimos também, os rumores que nascem nas salas reservadas dos Palácios, mas que descem às ruas e chegam às populações mais humildes.

Ou os guardas que estão diante das portas do Palácio representam a cortina armada que se ergue em torno dos governadores não eleitos pelo povo, e que se encastelam com medo deste mesmo povo que eles não conhecem?

Mas hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as luzes não se apagarão para encerrar o pronunciamento deste Deputado, porque é nosso desejo, voltar a falar do Sr. Jayme Canet Junior, o Governador que vai ao interior, é recebido pelo povo, compulsoriamente, convocado a comparecer. O povo, representado pelas professoras, pelos alunos dos grupos escolares que formam um comitê de recepção, que toma conta das ruas, repito, compulsoriamente, mesmo naqueles municípios distantes onde o coronelismo político teria condições de levar os peões das fazendas, esses mesmo peões que gostariam de ter um dia de feriado e de churrasco, como nos bons tempos das eleições em que era possível convocar os eleitores ao som de boas carnes.

Pois Srs, a festa continua, os churrascos continuam, e o Sr. Governador foi a Pitanga prometer o asfaltamento de acesso daquela cidade a Guarapuava, quando nós somos testemunhas de que este asfaltamento não faz parte do Plano Rodoviário Estadual, explicado nesta Casa pelo Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães.

Queremos perguntar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que

Governo é este que gasta milhões e milhões de cruzeiros com técnicos que ocupam cargos em comissão, e promete rodovias asfaltadas sem consultar o Plano Rodoviário Estadual, ao sabor das emoções momentâneas, como se governar fosse a improvisação de momento, o atendimento dos pedidos mais insistentes de políticos amparados pela multidão de escolares, obrigada a aguardar horas e horas nas ruas a chegada de S. Exa. o Sr. Governador, crianças que certamente estão desnutridas, crianças que certamente não contam com o amparo médico-hospitalar do Governo, que, na sua maioria, vão à escola, em busca da merenda escolar."

E eu perguntaria: onde estavam as crianças, na hora do churrasco? Certamente já haviam sido dispensadas, juntamente com suas professoras, pois já haviam servido de pano de cena para o sucesso da visita do Governador.

Mas, como vai o Sr. Jayme Canet Junior, após seus primeiros cem dias de governo?

Está completando, o Sr. Jayme Canet Junior, 100 dias de Governo.

Como vai o Governo de Sua Excelência?

Trago à Casa a opinião do "JORNAL DA TARDE", insuspeito jornal paulistano, que na sua edição de ontem, diz a respeito dos primeiros 100 dias dos Governadores dos Estados. Assim se expressou, a respeito do Paraná:

Ø SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica o nobre orador que seu tempo está esgotado.

Ø SR. OTÁSSIO PEREIRA — Obrigado. Já concluirei, Sr. Presidente.

(Continua a leitura): "A própria escolha de Jayme Canet Junior, contra a maioria consultada por Petronio Portela — o indicado era o Senador Accioly Filho, apadrinhada pelo Ministro da Educação Ney Braga, começou todos os problemas do Estado do Paraná. Canet assumiu o Governo e oscila, hoje, entre o dever de ser fiel ao padrinho e marcar a personalidade do seu Governo, na história administrativa do Estado, ou tentar harmonizar o partido do Governo, dividido desde sua nomeação.

Fidelidade ou inexperiência política? Não se sabe quais destes atributos levou o Governador do Estado a escolher seus assessores tanto para as Secretarias de Estado como para a Prefeitura de Curitiba. A verdade é que, desprezando as lideranças da Arena reunidas em torno do Senador Accioly Filho e Matos Leão, do ex-Governador Paulo Pimentel e do Deputado Estadual João Mansur, candidato derrotado ao Senado, Jayme Canet foi buscar seus auxiliares entre liderados de Ney Braga, ou simplesmente entre seus amigos pessoais.

Governando com 29 Deputados, contra 25 do MDB, Canet foi procurar unir a Arena em torno do seu nome. A duras penas foi possível conciliar, em torno de Saul Raiz, o atual Prefeito, os descontentes da Arena. E, se naquela ocasião a Arena se manteve unida, o mesmo não tem acontecido durante alguns debates na Assembléia. Os descontentes da Arena não se rebelam formalmente. Preferem se omitir.

Com a aproximação da época da renovação dos diretórios partidários, Canet procura uma saída para evitar que as indisposições dentro do seu partido se agrave. Discretamente, vem procurando dialogar com o ex-Governador Paulo Pimentel ou com os Senadores Accioly Filho e Mattos Leão, assim como certos deputados arenistas, seus mais ferrenhos opositores."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Este, o balanço dos cem primeiros dias do Governo Canet, numa análise feita pelo insuspeito "JORNAL DA TARDE", de São Paulo, em sua edição de ontem.

Na tarde de vinte de fevereiro, os Governadores nomeados, eufóricos, reunidos no Palácio do Planalto, em Brasília, ouviram as recomendações do Presidente Geisel, que chegou mesmo a pregar a estratégia que pretendia ver os Governadores aplicando à uma Arena vinda do desastre de 15 de novembro.

O Presidente Geisel pedia "um entrosamento perfeito entre os vários órgãos da hierarquia partidária, mobilização de todos os líderes da real densidade política desde o limiar das bases distritais e municipais; diluição de qualquer interesse personalista ou de facções, apaziguar divergências, somar dedicações, premiar esforços, combater o desânimo que facilmente contagia, levando à apatia e à inércia, e injetar o entusiasmo sadio que empolga e estimula as virtudes cívicas para uma arregimentação partidária consciente de seus deveres de fidelidade e agremiação e de superior devotamento aos interesses supremos da Pátria".

Até que ponto o Sr. Canet aplicou a estratégia definida pelo Presidente Geisel?

Era isso que tínhamos a apresentar à Casa, Sr. Presidente..

Nós perguntamos se o companheiro Jurandir Messias quer fazer uso da palavra.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Eminentíssimo Deputado Otássio Pereira, V. Exa., ao meu ver, foi infeliz neste seu pronunciamento, porque é costume e praxe dos Srs. Deputados do MDB do partido da Oposição, quando do uso da palavra, dizem que eleitos são, e devem ser os legítimos defensores do povo do Estado do Paraná.

V. Exa. referindo-se à visita, na cidade, mais propriamente no meu município, de Pitanga, que tenho a máxima satisfação de representar nesta Casa, que quando daquela visita, o Sr. Governador, prometeu o asfaltamento do trecho Guarapuava-Pitanga.

V. exa. referindo-se à visita do atual Secretário Dr. Osiris Stenghel Guimarães, dizia em explanação, que não constava do Plano Rodoviário Estadual aquele asfaltamento. V. Exa. deve lembrar perfeitamente que o mesmo Sr. Secretário dizia que constava o revestimento primário naquele trecho.

Então eu pergunto-lhe, eminente Deputado, V. Exa. que defende o povo e os humildes nesta Casa, se atira de corpo e alma contra uma estrada pavimentada, que vem beneficiar não só meu município, mas vem beneficiar uma região...

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Eu não sou contra a construção de estradas.

O SR. JURANDIR MESSIAS – V. Exa. vem, nesta tribuna, nesta Casa, dizer que o Sr. Governador não poderia e não deveria prometer aquela estrada.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Eu sou contra a maneira como se resolvem as coisas em cima da mesa, nobre Deputado, estas estradas foram prometidas há vários anos, e até hoje não foram construídas. Acontece que elas são prometidas somente em épocas de campanhas políticas.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Mas não venha dizer que ele não poderia prometer...

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência mantém a palavra a V. Exa. em questão de ordem. V. Exa. deverá observar o Regimento Interno.

Tem a palavra, por solicitação, o Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Sr. Presidente, apenas eu queria consultar à Mesa, se nas explicações pessoais, é concedido o prazo de 15 minutos, e se o orador pode requerer mais 15. Eu queria consultar à Mesa, antes de apartear o eminente Deputado Otássio Pereira, o tempo que ele ainda leva na tribuna.

O SR. PRESIDENTE – O Deputado Otássio Pereira, ocupa a segunda parte do Pequeno Expediente, os segundos cinco minutos, restando ainda quatro minutos para ele encerrar seu pronunciamento.

A Presidência assegura a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Sinto bastante, Deputado Jurandir Messias.

Ontem, efetivamente, não pude terminar, tendo em vista o corte momentâneo da energia elétrica, no instante em que este Deputado falava neste Plenário.

Mas gostaríamos de dizer, nobre Deputado Jurandir Messias que campanhas são realizadas em cima de estradas e nós denominamos estas estradas de "ESTRADAS DA PROMESSA". Temos a "estrada da promessa" que é a do Cerne, ligando Assaí, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, Curiúva e Ventania. Os Deputados reuniam ali Prefeitos e mais Prefeitos, e diziam que a estrada seria construída dentro de dois meses. Isto antes das eleições. Vinha um picadeiro de araque e fazia o levantamento da estrada. O povo está sendo iludido e é contra isso que nos levantamos. Somos favoráveis à continuação de estradas. Que Pitanga se interligue com as demais estradas do Paraná. Nosso propósito aqui é de que aquela região precisa e merece asfalto.

O povo está cheio de promessas e somos contra estas promessas feitas de uma hora para outra, somente para servir uma população ali presente, talvez para pagar o churrasco que a comitiva ali comeu.

Mas, Sr. Presidente, quando as crianças vêm comer o churrasco, a professora diz que está fazendo sol e que pode dar uma insolação e elas ficam sem o churrasco.

O SR. JURANDIR MESSIAS – V. Exa. permite um aparte?

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Estamos no minuto final.

Sr. Presidente, aí está uma obra que é do conhecimento público. Aí está o viaduto do Capanema e perguntamos: esta construção foi realizada no Governo passado e será que se deve propor uma Comissão de Inquérito para responsabilizar a empresa construtora?

É necessário que a Oposição fale, que a Oposição espere porque muitas obras prometidas pelo Estado do Paraná estão paralisadas. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 204/69.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 54/70, 7/74 e 41/74.

Levanta-se a Sessão.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 416/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3600/75, de 17 de abril de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

I – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de OSIRIS DE BRITO, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) anos, correspondente ao dobro das licenças a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro e segundo decênios vencidos respectivamente em 1º de agosto de 1963 e 1º de agosto de 1972; e,

II – conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 1º de março de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário